



**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
29 DE ABRIL DE 2026**

ÍNDICE

Proposta da Administração	3
EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	3
1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025	3
2. Definir o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia para o mandato a se encerrar na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2027.	4
3. Eleger os membros do Conselho de Administração	4
4. Aprovar, nos termos do §2º do artigo 17 do Estatuto Social, a indicação do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração, conforme Proposta da Administração	5
5. Aprovar o limite de Remuneração Global dos Administradores da Companhia para o exercício social de 2026	5
ANEXO I – Comentários dos Diretores sobre a Situação Financeira da Companhia	7
ANEXO II – Informações Relativas a Candidatos a Membros do Conselho de Administração (CA) ..	25
ANEXO III – Remuneração Global dos Administradores	31
Anexo IV - Indicadores de equidade de gênero para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025	60

Proposta da Administração

Senhores Acionistas,

Apresentamos, a seguir, a Proposta da Administração (“Proposta”), elaborada de acordo com a Resolução CVM nº 81 de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM nº 81/2022”), a respeito de cada um dos itens a serem deliberados na **Assembleia Geral Ordinária** (“Assembleia”) da São Carlos Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia” ou “São Carlos”), a ser realizada presencialmente na sede da Companhia em **29 de abril de 2026, às 10:00 horas**, para que, dessa forma, os acionistas possam votar com informações claras e consistentes sobre temas do interesse da São Carlos.

Encontram-se à disposição dos acionistas para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.scsa.com.br), no site da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), bem como na sede da Companhia, cópias dos documentos a serem discutidos na Assembleia, incluindo aqueles exigidos pela Resolução CVM nº 81/2022.

Em observância às diretrizes de transparência estabelecidas pela Lei nº 15.177/2025, a Companhia apresenta, no Anexo IV, o consolidado dos seus indicadores de equidade de gênero para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhado de evolução comparativa em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025

As Demonstrações Financeiras são uma importante ferramenta de análise da Companhia, uma vez que expressam sua situação econômico-financeira. Através delas, é possível fazer análises sobre a situação patrimonial, índices de liquidez, de lucratividade e de endividamento, permitindo uma visão estratégica e uma estimativa do futuro, sinalizando suas limitações e potencialidades.

O relatório da administração e as demonstrações financeiras, incluindo balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração do fluxo de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas (em conjunto as “Demonstrações Financeiras”), são elaborados pela Diretoria da Companhia e têm por finalidade fornecer aos acionistas um instrumento para guiar suas decisões.

Nos termos do inciso III do art. 10º da Resolução CVM nº 81/2022, as informações dispostas no Anexo I à presente Proposta refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

Propomos que sejam aprovadas, sem reservas, as contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme divulgadas em 12 de março de 2026 nos *websites* da CVM e da B3, através do Sistema Empresas.Net, e também no *website* da Companhia (ri.scsa.com.br/), e publicadas, em 13 de março de 2026, no jornal “Valor Econômico”.

Adicionalmente, informamos que o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes foram devidamente divulgados e publicados, em conjunto com as Demonstrações Financeiras, nos termos da Resolução CVM nº 81/2022.

Conforme decisão do Colegiado da CVM no Processo CVM RJ 2010-14687 julgado em 27/09/2011, em função da apuração de prejuízo no exercício social encerrado em 31/12/2025, fica a Companhia dispensada da apresentação das informações exigidas pelo artigo 10º, parágrafo único, inciso II da Resolução CVM nº 81/2022.

2. Definir o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia para o mandato a se encerrar na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2027.

A Administração da Companhia propõe que o Conselho de Administração seja composto por 6 membros efetivos e 4 membros suplentes, independentemente do sistema de votação adotado, para o mandato a se encerrar na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2027.

3. Eleger os membros do Conselho de Administração

Propomos a seguinte chapa para composição do Conselho de Administração para o mandato a se encerrar na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2027:

Nome	Efetivo / Suplente
Felipe de Faria Goés	Membro efetivo
Jorge Felipe Lemann	Membro efetivo
Marc Lemann	Membro efetivo
Christian Van Hoegaerden Herrmann Telles	Membro efetivo
Rogério Chor (membro independente)	Membro efetivo
Marcio Del Nero (membro independente)	Membro efetivo
Guili Chor (membro independente)	Membro suplente
Ury Rabinovitz (membro independente)	Membro suplente
Veronica Deliza Pereira	Membro suplente
Marcelo Cunha Ribeiro	Membro suplente

Os candidatos ora indicados encontram-se livres e desimpedidos para o exercício dos respectivos cargos, nos termos da Lei, bem como atendem aos requisitos legais, regulamentares e estatutários em vigor, sendo esta verificação realizada antes de sua indicação ao cargo de membro do Conselho de Administração por meio de informações fornecidas pelos candidatos à Companhia, nos termos da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”) e da Resolução CVM nº 81/22.

Destaca-se, ainda, que, conforme declarações fornecidas pelos candidatos, e de acordo com a manifestação do Conselho de Administração, os Srs. Marcio Del Nero e Rogério Chor, candidatos a membros efetivos, e Ury Rabinovitz e Guili Chor, candidatos a membros suplentes, enquadram-se nos critérios de independência previstos na regulamentação vigente e aplicável. Dessa forma, a Administração entende que os candidatos estão devidamente enquadrados nos critérios de independência do Regulamento do Novo Mercado, do Estatuto Social e da regulamentação aplicável e confirma que o perfil dos candidatos que integram a chapa proposta está aderente aos critérios previstos no regimento interno do Conselho de Administração e na Política de Indicação da Companhia.

Nos termos do art. 141 da Lei das S.A. e da Resolução CVM nº 70/22, titulares de 5% do capital social da Companhia poderão solicitar que a eleição do Conselho de Administração da Companhia seja realizada pelo sistema do voto múltiplo. Esta faculdade somente poderá ser exercida pelos acionistas se observada a antecedência mínima de 48 horas em relação à Assembleia.

Os acionistas ou grupo de acionistas que desejarem propor outra chapa para concorrer aos cargos no Conselho de Administração poderão fazê-lo, nos termos da regulamentação vigente.

Esclarecemos que, nos termos do art. 11, inciso I da Resolução CVM nº 81/22, as informações referentes aos candidatos encontram-se detalhadas no **Anexo II** a esta Proposta.

4. Aprovar, nos termos do §2º do artigo 17 do Estatuto Social, a indicação do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração, conforme Proposta da Administração

Nos termos do parágrafo 2º do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, que atribuem à Assembleia Geral a competência para eleger o Presidente do Conselho de Administração, propõe-se a recondução dos Srs. Felipe de Faria Goés e Jorge Felipe Lemann, respectivamente, aos cargos de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração.

5. Aprovar o limite de Remuneração Global dos Administradores da Companhia para o exercício social de 2026

Em observância ao disposto no inciso I do artigo 13 da Resolução CVM 81/22, apresentamos a seguir a proposta de remuneração global anual da Administração para o exercício de 2026. A proposta foi elaborada com base no desempenho da Companhia em 2025, no orçamento de 2026 e no plano anual de negócios para 2026.

5.1 Remuneração em 2025

Em linha com a orientação do Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, esclarecemos que o valor da remuneração global dos administradores, incluindo as remunerações fixa, variável e extraordinária, aprovado para o exercício de 2025, foi de R\$ 21.217.436, e o valor efetivamente realizado foi de R\$ 15.694.078 (ambos líquidos dos encargos sociais que sejam ônus do empregador). A variação é decorrente de ajustes em premissas consideradas no programa de remuneração extraordinária.

5.2 Proposta de remuneração global da administração para 2026

No que se refere ao exercício de 2026, a Administração da Companhia propõe que a remuneração global dos administradores para o referido exercício, abrangendo as remunerações fixa, variável e extraordinária, seja fixada no valor de até R\$ 18,1 milhões, dos quais R\$ 7,1 milhões destinam-se aos honorários do Conselho de Administração e R\$ 11,0 milhões à remuneração da Diretoria Estatutária. A remuneração global proposta inclui provisionamento de R\$ 8,9 milhões referente ao reconhecimento de despesas para pagamento de remuneração extraordinária.

5.3 Proposta para 2026 em comparação ao valor proposto e aprovado para 2025 Proposta de remuneração global da administração para 2026

A previsão da remuneração global dos administradores para o exercício de 2026 segue a mesma metodologia de anos anteriores. O aumento em relação a 2025 é decorrente de ajustes em premissas consideradas no programa de remuneração extraordinária.

De acordo com o entendimento do Colegiado da CVM no Processo nº 19957.007457/2018-10, conforme indicado no Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP, a remuneração global dos Administradores

deve estar líquida dos encargos sociais de ônus do empregador, que não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” de que trata o art. 152 da Lei das S.A. A Companhia informou o valor dos encargos e a remuneração total no Anexo III a esta Proposta, no item 8.20.

As informações necessárias para a devida análise da proposta da remuneração dos Administradores, conforme estabelecido pelo art. 13 da Resolução CVM nº 81/2022, encontram-se dispostas no Anexo III a esta Proposta.

Os valores propostos para remuneração de 2026 incluem a remuneração fixa e variável dos Administradores e programa de remuneração extraordinária, mas não reconhecem valores referentes a outorgas e concessões realizadas em anos anteriores, que são reconhecidas contabilmente apenas e decorrem de Plano de Opção de Compra de Ações e Plano de Remuneração Baseado em Ações previamente aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

ANEXO I – Comentários dos Diretores sobre a Situação Financeira da Companhia

2.1 Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2025, a Companhia ingressou no segmento de Fundos Imobiliários, passando a atuar como consultora imobiliária e administradora de ativos de dois fundos imobiliários – FII TGRU e FII SC JiveMauá – dos quais também é cotista. Operacionalmente, a Companhia segue sua estratégia de gestão ativa de edifícios corporativos de alto padrão e centros de conveniência, com foco nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Em relação às condições financeiras e patrimoniais da Companhia, a Diretoria acredita que tem uma situação saudável para suportar as atividades da Companhia e cumprir com suas obrigações nos próximos anos.

Ao final de 2025, a São Carlos tinha R\$747,8 milhões em caixa e aplicações financeiras e R\$35,2 milhões em contas a receber provenientes das vendas de imóveis. Considerando o caixa e as contas a receber, a Companhia encerrou o ano com uma dívida líquida de R\$237,9 milhões, contra R\$492,8 milhões ao final de 2024. A posição de caixa em dezembro de 2025 foi impactada principalmente por (i) R\$720,4 milhões provenientes da alienação de ativos realizada desde 2023; (ii) R\$155,1 milhões de empréstimos e financiamentos, (iii) R\$120,4 milhões de juros das dívidas e (iv) R\$502,7 milhões de dividendos pagos. Finalizamos o ano com custo médio nominal de dívida de 13,1% ao ano, equivalente a 87,6% da taxa Selic em dezembro de 2025. O prazo médio dos financiamentos no final de 2025 era de 5,5 anos e a alavancagem da companhia medida pela dívida líquida sobre o valor do portfólio e cotas de Fundo Imobiliário equivalente a 10,9%.

b. estrutura de capital

A participação da Companhia como detentora de 100% das cotas subordinadas do FII TGRU e FII SC JiveMauá além da sua participação como consultora imobiliária e prestadora de serviços para os fundos, levou à necessidade de aplicar o CPC 36 (R3) nas Demonstrações Financeiras de 2025, de forma que se fez obrigatório consolidar os dois fundos no resultado e no balanço patrimonial da Companhia. Em termos de estrutura de capital, o principal impacto da consolidação é que todo o patrimônio líquido dos cotistas sêniores dos fundos foi contabilizado no balanço da Companhia na rubrica “Outras Obrigações Financeiras”, aumentando o capital de Terceiros. Entretanto, é importante mencionar que a Companhia não possui a obrigação de pagar este passivo, sendo este um passivo do FII TGRU Master e FII SC JiveMauá que foi consolidado nas demonstrações financeiras da Companhia, em decorrência da aplicação do CPC 36 (R3). Maiores informações estão disponíveis nas notas explicativas 2.2 e 13 das Demonstrações Financeiras Padronizadas arquivadas na CVM.

A estrutura de capital da São Carlos é calculada pelo índice de estrutura de capital chamado “Participação do Capital de Terceiros”, dividindo o capital de terceiros (soma dos saldos do passivo circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial) pelo capital próprio da Companhia (saldo do patrimônio líquido apresentado no balanço patrimonial).

Considerando o efeito do CPC 36 (R3), este índice passou de 0,85x em 2024 para 1,83x em 2025, no final de cada período respectivo.

Composição do Capital	2025	%	2024	%
Capital Próprio (R\$ milhões)	1.070,6	35,3%	1.553,8	54,1%
Terceiros (R\$ milhões)	1.964,0	64,7%	1.319,9	45,9%
Total (R\$ milhões)	3.034,6	100,0%	2.873,7	100,0%
Índice (x)	1,83		0,85	

Desconsiderando o efeito do CPC 36 (R3) descrito acima, o índice de estrutura de capital passou de 0,85x em 2024 para 1,04x em 2025.

Composição do Capital	2025	%	2024	%
Capital Próprio (R\$ milhões)	1.070,6	48,9%	1.553,8	54,1%
Terceiros (R\$ milhões)	1.117,4	51,1%	1.319,9	45,9%
Total (R\$ milhões)	2.188,0	100,0%	2.873,7	100,0%
Índice (x)	1,04		0,85	

No final de 2025, o capital social da São Carlos era representado por 57.737.319 ações ordinárias.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de endividamento, fluxo de caixa e posição de liquidez, acreditamos que temos recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. O cenário atual da Companhia é de uma posição sólida de caixa, com amortizações parciais antecipadas pontuais de dívidas, e não acreditamos ser necessário contrair nenhum empréstimo adicional.

Dívida Líquida sobre EBITDA	2025	2024
EBITDA recorrente (R\$ milhões)	104,6	113,5
Dívida Líquida (R\$ milhões)	237,9	492,8
Índice (x)	2,3	4,3

Cobertura de Juros	2025	2024
EBITDA recorrente (R\$ milhões)	104,6	113,5
Juros e atualização monetária sobre os empréstimos e financiamentos, líquidos da receita financeira (R\$ milhões)	94,0	111,3
Índice (x)	1,1	1,0

Nota: Valores apresentados não consideram o efeito do CPC 36 (R3). O EBITDA recorrente contempla somente os resultados da atividade de locação, excluindo os resultados de vendas de imóveis.

O índice dívida líquida sobre EBITDA recorrente, passou de 4,3x em 2024 para 2,3x no final de 2025. O índice Cobertura de Juros, que calculamos através da divisão do EBITDA recorrente do período sobre as despesas de juros e atualização monetária sobre os empréstimos e financiamentos no período, líquidas da receita financeira, passou de 1,0x em 2024 para 1,1x em 2025.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia não necessita de financiamento para capital de giro devido à estratégia com que conduz suas operações e à gestão conservadora que adota em relação ao seu caixa, e não contratou nenhum financiamento com este fim no último ano. A Companhia tem histórico de contratar financiamentos somente e especificamente para a aquisição e investimentos em imóveis, sempre com prazo longo e principalmente junto a instituições financeiras de primeira linha.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A diretoria entende que a Companhia não tem deficiências de liquidez, devido à estratégia com que conduz suas operações e à gestão conservadora que adota em relação ao seu caixa. Se este tipo de financiamento for necessário no futuro, a administração da Companhia avaliará as alternativas disponíveis na ocasião, no mercado de crédito brasileiro.

A principais fontes de financiamento que a Companhia tem utilizado vêm de recursos bancários e dívidas de mercado, principalmente Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) ligados principalmente à variação do DI ou à índices de inflação.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

iii. grau de subordinação entre as dívidas

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia historicamente tem contratado financiamentos para fins específicos de aquisição de imóveis, junto a bancos comerciais, com prazo longo e custo atrelado à TR – taxa referencial, poupança, CDI e IPCA. As garantias sobre estes financiamentos normalmente são: hipoteca ou alienação fiduciária do imóvel adquirido, os recebíveis de locação do imóvel adquirido e o aval da São Carlos, no caso de financiamentos contraídos por suas subsidiárias. Não há créditos prioritários nem subordinação entre as dívidas citadas.

Alguns dos nossos contratos de financiamento possuem cláusula com restrições impostas à Companhia pelos bancos credores (*covenants*). A obrigação corresponde a manutenção do saldo devedor da dívida inferior a um determinado percentual do valor de avaliação do imóvel dado em garantia, variando de 50% a 83%. Adicionalmente, os contratos de financiamento possuem restrições quanto a alienação de controle e vendas de ativos que possuem alienação fiduciária ou hipoteca. Em 31 de dezembro de 2025, esta relação estava abaixo de 65% para todos os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia e todas as obrigações contratuais foram todas atendidas.

Segue abaixo a tabela de todos os financiamentos, características e saldos em aberto ao final de dezembro de 2025.

Empréstimos	Vencimento	Prazo (anos)	Indexador	Cupom (% a.a.)	Saldo em 2025 (R\$ milhões)	Saldo em 2024 (R\$ milhões)	Garantias	# Imóveis em garantia	Covenants (LTV) ²
CRI 307 – Investimentos no portfólio	31/mai/26	1,4	CDI	102,0%	50,8	100,1	Alienação Fiduciária	1	60,0%
Aquisição – Pátio Cotia	26/mar/29	4,3	TR	9,20%	0	17,7	Alienação Fiduciária e Aval	2	50,0%
CRI 50 – Investimentos no portfólio	17/set/29	4,8	IPCA	7,40%	349,0	326,0	Sem garantias	0	n/a
Aquisição – EZ Towers – Torre A	15/ago/30	5,7	TR	8,90%	244,4	278,1	Alienação e Cessão Fiduciária	1	83,3%
Debênture – Investimentos no portfólio (série II)	07/nov/31	7,0	CDI	1,10%	123,3	134,4	Alienação Fiduciária e Cessão Fiduciária de Recebíveis	4	70,0%
Aquisição – BC São Paulo – Panamy ¹ (Patio Jahu)	05/jan/32	7,1	TR	9,10%	18,1	20,0	Alienação Fiduciária e Aval	2	70,0%
CRI - Aquisição – Lojas de Rua (Pernambucanas)	20/abr/32	7,4	IPCA	6,70%	0	13,0	Alienação Fiduciária, Cessão Fiduciária e Aval	20	75,0%
CRI 216 – Investimentos no portfólio	21/jun/34	9,6	CDI	1,10%	151,3	150,8	Alienação Fiduciária e Cessão Fiduciária Recebíveis	1	70,0%
Aquisição Paulista Office Park	01/dez/36	12,1	Poupança	3,20%	55,9	58,1	Alienação e Cessão Fiduciária	1	80,0%
Aquisição – Lojas de Rua (Pernambucanas) ¹	20/abr/37	12,5	TR	9,00%	47,4	64,6	Alienação Fiduciária, Cessão Fiduciária e Aval	13	80,0%
Total					1.040,2	1.162,9			

¹ Financiamentos com estrutura de taxa de juros variável conforme a Selic. Se a Selic for superior a 8,5% ao ano, as taxas de juros estão limitadas aos % descritos em cada financiamento. Se a Selic for inferior a 8,5%, a taxa de juros é reduzida entre 0,4% e 1,9% a depender da redução da Selic.

²As dívidas da Companhia possuem, em sua maioria, cláusulas restritivas (*covenants*) definidas pela relação percentual entre o valor da dívida e o valor do imóvel dado em garantia, conforme demonstrado na tabela.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Nenhum financiamento em aberto atualmente na Companhia possui limites de utilização.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

A Companhia entende que a adequação das Demonstrações Financeiras ao CPC 36 (R3), levando à consolidação dos resultados e balanço dos Fundos Imobiliários que somos cotistas subordinados nos nossos resultados, dificulta a leitura das Demonstrações Financeiras e não demonstra a situação real dos resultados. Dessa forma, vamos apresentar duas visões do demonstrativo de resultados contábeis.

Segue o demonstrativo de resultados contábeis (incluindo os ganhos realizados com vendas de imóveis) com o impacto do CPC 36 (R3)

R\$ mil	2025	2024	Var.	Var. %	% Receita Líquida 2025	% Receita Líquida 2024
Receita líquida com locações e serviços	179.279	178.788	491	0,3%	59,8%	35,1%
Custo das locações	-53.485	-55.382	1.897	-3,4%	-17,8%	-10,9%
Resultado bruto com locações	125.794	123.406	2.388	1,9%	42,0%	24,3%
Receita líquida de venda de imóveis	120.549	330.100	-209.551	-63,5%	40,2%	64,9%
Custo dos imóveis vendidos	-99.954	-270.134	170.180	-63,0%	-33,3%	-53,1%

Resultado bruto na venda de imóveis	20.595	59.966	-39.371	-65,7%	6,9%	11,8%
Lucro bruto	146.390	183.372	-36.982	-20,2%	48,8%	36,0%
Despesas gerais e administrativas	-49.372	-37.511	-11.861	31,6%	-16,5%	-7,4%
Despesa comerciais	-31.965	-32.713	748	-2,3%	-10,7%	-6,4%
Perda por desvalorização de ativos	-6.230	-23.512	17.282	-73,5%	-2,1%	-4,6%
Outras receitas e despesas operacionais	19.701	857	18.844	2198,8%	6,6%	0,2%
Resultado de equivalência patrimonial	0	0	0		0,0%	0,0%
Total	-67.866	-92.879	25.013	-26,9%	-22,6%	-18,3%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	78.523	90.493	-11.970	-13,2%	26,2%	17,8%
Receitas financeiras	65.433	60.791	4.642	7,6%	21,8%	11,9%
Despesas financeiras	-172.706	-162.842	-9.864	6,1%	-57,6%	-32,0%
Resultado financeiro	-107.273	-102.051	-5.222	5,1%	-35,8%	-20,1%
(Prejuízo) lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	-28.749	-11.558	-17.191	148,7%	-9,6%	-2,3%
Correntes	-19.663	-21.430	1.767	-8,2%	-6,6%	-4,2%
Diferidos	-30	66	-96	-144,8%	0,0%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social	-19.693	-21.364	1.671	-7,8%	-6,6%	-4,2%
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	-48.442	-32.922	-15.520	47,1%	-16,2%	-6,5%
Atribuível aos:						
Acionistas controladores	-64.366	-32.736	-31.630	96,6%	-21,5%	-6,4%
Acionistas não controladores	15.924	-186	16.110	-8661,3%	5,3%	0,0%
Total	-48.442	-32.922	-15.520	47,1%	-16,2%	-6,5%

Segue o demonstrativo de resultados contábeis (incluindo os ganhos realizados com vendas de imóveis) sem o impacto do CPC 36 (R3), o qual nos baseamos para fazer as análises dos grupos contábeis. [Nota BMA: sugerimos que as informações sem o efeito do CPC 36 sejam incluídas no 2.11 – as explicações devem ser com base nos números constantes das DFs]

R\$ mil	2025	2024	Var.	Var. %	% Receita Líquida 2025	% Receita Líquida 2024
Receita líquida com locações e serviços	133.320	178.788	-45.468	-25,4%	9,8%	35,1%
Custo das locações	-48.061	-55.382	7.321	-13,2%	-3,5%	-10,9%
Resultado bruto com locações	85.259	123.406	-38.147	-30,9%	6,3%	24,3%
Receita líquida de venda de imóveis	1.228.938	330.100	898.838	272,3%	90,2%	64,9%
Custo dos imóveis vendidos	-860.603	-270.134	-590.469	218,6%	-63,2%	-53,1%
Resultado bruto na venda de imóveis	368.335	59.966	308.369	514,2%	27,0%	11,8%
Lucro bruto	453.594	183.372	270.222	147,4%	33,3%	36,0%
Despesas gerais e administrativas	-46.762	-37.511	-9.251	24,7%	-3,4%	-7,4%
Despesa comerciais	-30.804	-32.713	1.909	-5,8%	-2,3%	-6,4%
Perda por desvalorização de ativos	-6.230	-23.512	17.282	-73,5%	-0,5%	-4,6%
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	8.021	857	7.164	835,9%	0,6%	0,2%
Resultado de equivalência patrimonial	0	0	0		0,0%	0,0%
Total	-75.776	-92.879	17.103	-18,4%	-5,6%	-18,3%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	377.818	90.493	287.325	317,5%	27,7%	17,8%
Receitas financeiras	63.192	60.791	2.401	3,9%	4,6%	11,9%
Despesas financeiras	-150.100	-162.842	12.742	-7,8%	-11,0%	-32,0%
Resultado financeiro	-86.908	-102.051	15.143	-14,8%	-6,4%	-20,1%
(Prejuízo) lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	290.910	-11.558	302.468	-2617,0%	21,4%	-2,3%
Correntes	-36.068	-21.430	-14.638	68,3%	-2,6%	-4,2%
Diferidos	-30	66	-96	-144,8%	0,0%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social	-36.097	-21.364	-14.733	69,0%	-2,6%	-4,2%
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	254.813	-32.922	287.735	-874,0%	18,7%	-6,5%
Atribuível aos:						
Acionistas controladores	252.965	-32.736	285.701	-872,7%	18,6%	-6,4%
Acionistas não controladores	1.848	-186	2.034	-1093,6%	0,1%	0,0%
Total	254.813	-32.922	287.735	-874,0%	18,7%	-6,5%

Receita Líquida

Em 2025, a receita líquida com locações totalizou R\$133,3 milhões, representando um decréscimo de 25,4% em relação a 2024, impactada pelas vendas de ativos realizadas em 2025 e 2024. A receita líquida de venda de imóveis foi de R\$1,2 bilhão e corresponde às vendas concluídas ao longo do ano, sendo 9 edifícios corporativos, 8 lojas de rua, 3 terrenos e 16 centros de conveniência.

Custo

Em 2025, o custo dos imóveis vendidos totalizou R\$860,6 milhões. O custo com locações, majoritariamente composto pela depreciação dos ativos, foi de R\$48,1 milhões, inferior em 13,2% em relação ao ano anterior devido à menor quantidade de imóveis no portfólio.

Lucro Bruto

O lucro bruto em 2025 totalizou R\$453,6 milhões, contra R\$183,4 milhões em 2024 em função do maior volume de vendas de ativos realizado em 2025 quando comparado a 2024.

Despesas Operacionais

Em 2025, as despesas operacionais da Companhia diminuíram 18,4% em relação ao ano anterior. Despesas comerciais foram menores devido à maior taxa de ocupação dos imóveis, enquanto despesas gerais e administrativas foram superiores devido ao maior provisionamento de gastos com participação nos lucros referente ao atingimento de metas. O grupo de outras receitas e despesas operacionais apresentou melhora significativa em relação a 2024, enquanto despesas relacionadas ao *impairment* de ativos foram reduzidas.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido de 2025 foi uma despesa de R\$86,9 milhões, contra uma despesa de R\$102,1 milhões em 2024, representando uma redução de 14,8%, explicada principalmente pelo menor endividamento líquido, sendo parcialmente compensada pela maior taxa de juros (CDI) ao longo do ano de 2025.

Imposto de renda e contribuição social

No ano de 2025, as despesas de imposto de renda e contribuição social foram de R\$36,1 milhões, representando um acréscimo de 69,0%, decorrente do aumento do volume de venda de ativos ao longo do ano.

Lucro (prejuízo) Líquido

No ano de 2025, excluindo o efeito do CPC 36 (R3) tivemos um lucro de R\$254,8 milhões.

Vale ressaltar que todo o lucro gerado pela venda de ativos aos Fundos Imobiliários que somos cotistas subordinados encontra-se contabilizado nas Demonstrações Financeiras da Companhia da conta de Lucros Não Realizados.

Segue o demonstrativo de fluxo de caixa para análise das variações do saldo de caixa e equivalentes de caixa. Adicionalmente ao R\$1,0 bilhão no caixa, a Companhia encerrou o ano com R\$746,7 milhões em aplicações financeiras.

DFC	31.12.2025	31.12.2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(48.442)	(32.922)

Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	52.929	54.771
Provisão (Baixa) para créditos de liquidação esperada	(318)	-
Provisão para Contingência	(3.091)	63
Perda de contas a receber	-	1.506
Reversão provisão para perda	-	(2.229)
Perda recebimento de crédito	-	-
Perda de investimento	77	1.131
Perda por desvalorização de ativos	6.230	23.512
Reconhecimento do plano de opção de ações	468	1.435
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	(29.282)	(15.926)
Resultado na alienação de investimentos	(23.413)	(61.180)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-
Dividendos Prescritos	-	104
Ajuste referente a receita linear	(2.742)	(1.692)
Ajuste a valor presente	-	429
Atualizações financeiras	(15.016)	(23.786)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	34.875	16.395
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(30)	(66)
Efeito de Participação de acionistas não controladores	(11.282)	(2.560)
Parte relacionadas	(12.264)	-
Encargos Financeiros Outras Obrigações	-	-
Encargos Financeiros de Empréstimos e Financiamentos	138.478	154.419
Correção de juros outras obrigações	22.512	-
Amortização do custo de transação	1.297	-
Impostos indiretos diferidos	-	-
Outros	76	-
Caixa Gerado nas Operações	111.063	113.404
Variação nos ativos operacionais:		
Contas a Receber	(4.725)	7.486
Valores a receber de Partes Relacionadas	-	201
Depósitos Judiciais	(108)	347
Propriedades para investimento mantidas para venda	-	(2.789)
Impostos a Recuperar	(33.936)	(2.067)
Despesas Antecipadas e Outros Créditos	(1.087)	14
Outros Créditos		
Variação nos passivos operacionais:		
Salários e Encargos Sociais	7.087	(16.651)
Adiantamento de Clientes	46	(2.915)
Impostos, taxas e contribuições	(289)	(21.333)
Impostos diferidos	174	(69)
Outras contas a pagar	10.173	(5.016)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(120.375)	(138.876)
Pagamento de juros sobre outras obrigações financeiras	(5.909)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(23.542)	(38.174)
Variação nos ativos e passivos operacionais	(172.490)	(219.842)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(61.427)	(106.438)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Partes relacionadas	-	-
Dividendos recebidos de controladas	-	-
Distribuição desproporcional	11.359	-
Redução de Capital em Controladas	-	-
(Aporte) resgate das aplicações financeiras	(465.990)	7.308
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social	-	-

Compra de cotas	-	-
Aporte de Capital de não controladores	-	2.003
Recebimento Obtido na Realização Imóveis Destinados a Venda	454.241	480.911
Pagamentos das obrigações por compra de imóveis	-	(4.680)
Aquisição de Bens de Propriedades de Investimentos, Imobilizado e Intangível	(109.799)	(39.953)
Caixa líquido aplicado nas atividades investimento	(110.189)	445.589
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aplicações Financeiras	-	(29.166)
Pagamento de empréstimos – principal	(155.109)	(319.966)
Captação (outras obrigações financeiras)	874.687	-
Pagamento de principal outras obrigações	(9.630)	-
Gastos com custo de transação	(36.310)	-
Subscrição de ações próprias	-	-
Encargos por antecipação de ações	(1.607)	(5.439)
Aquisição de ações próprias	(3.952)	(2.519)
Dividendos pagos a não controladores	-	(2.060)
Dividendos pagos	(502.713)	(99.380)
Caixa líquido aplicado nas atividades financiamento	165.365	(458.530)
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(6.252)	(119.379)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.292	126.672
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.039	7.292
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(6.253)	(119.380)

Fluxo de caixa

No ano de 2025, houve uma redução de R\$6,3 milhões no saldo de caixa e equivalentes de caixa.

Fluxo de caixa das atividades operacionais

Em 2025, o caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou -R\$61,4 milhões, impactado principalmente pelo pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos.

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

Em 2025, o fluxo de caixa das atividades de investimentos foi negativo em R\$110,2 milhões, impactado pelo aporte de R\$466,0 milhões em aplicações financeiras, sendo compensado parcialmente pelo recebimento de venda de imóveis.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou entrada de R\$165,4 milhões.

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nesta seção, a Companhia demonstra os números desconsiderando o efeito do CPC 36 (R3).

Em 2025, a Companhia teve EBITDA consolidado ajustado de R\$425,9 milhões, mantendo uma boa performance operacional mesmo com uma menor base de ativos e com um resultado líquido de

vendas de R\$368,3 milhões. O lucro da Companhia foi de R\$254,8 milhões, sendo que R\$306,3 milhões do resultado apurado não transitaram integralmente para lucros acumulados/disponíveis, em razão do registro em reserva de lucros não realizados.

Desconsiderando os efeitos da venda de imóveis e outros eventos considerados não recorrentes, verificamos que:

(a) Em 2025, o prejuízo líquido recorrente foi de R\$51,2 milhões, contra um prejuízo de R\$63,3 milhões em 2024 (-19,1%)

(b) o FFO recorrente (*funds from operations*) passou de -R\$7,7 milhões em 2024 para -R\$5,0 milhões em 2025, representando uma melhora de 35,7%.

R\$ milhões	2025	2024	2025 vs. 2024
(+) Lucro Líquido Recorrente	-51,2	-63,3	-19,1%
(+) Depreciação	48,1	55,4	-13,2%
(+) Acionistas não Controladores	-1,8	0,2	-1092,7%
(=) FFO Recorrente	-5,0	-7,7	-35,7%
(+) Impostos (IR e CSLL)	13,8	10,1	36,3%
Acionistas Não Controladores	1,8	-0,2	-1092,7%
(+) Resultado Financeiro	94,0	111,3	-15,5%
(-) Outras Rec. e Desp. Não Operacionais	-	-	0,0%
(=) EBITDA Recorrente	104,6	113,5	-7,8%

2025

Em 2025 demos continuidade à estratégia de reciclagem de portfólio, ratificando nosso diferencial de um modelo de negócio com capacidade de realizar investimentos com rentabilidade elevada e geração de valor. Além disso, a maior parte das vendas de ativos foi feita para Fundos Imobiliários em que a São Carlos passou a atuar como consultora imobiliária, administradora dos ativos e como cotista dos fundos, seguindo a estratégia de ser uma empresa menos intensiva em capital e com crescimento na receita de serviços.

No ano, a Companhia efetuou a venda de um portfólio de 8 imóveis de Office para o Fundo Imobiliário SC JiveMauá por R\$837,2 milhões e cap rate de 8,1% e 1 imóvel por R\$2,2 milhões. No segmento da Best Center, vendemos um portfólio de 19 imóveis para o Fundo Imobiliário TGRU Master por R\$308,5 milhões e cap rate de 8,9%, 3 terrenos pelo montante total de R\$18,5 milhões, 1 centro de conveniência por R\$13,5 milhões e 4 lojas de rua pelo valor total de R\$48,8 milhões, encerrando o ciclo de venda das 41 lojas de rua que foram adquiridas em 2021.

O combate a vacância também foi uma prioridade para a São Carlos em 2025. O portfólio de imóveis para renda encerrou o ano com 24,9% de vacância física e celebramos contratos de locação que totalizaram 33,1 mil m² de ABL ao longo do ano.

O EBITDA alcançou R\$104,6 milhões, uma queda de 7,8% em comparação com 2024, e margem de 65,3% no ano.

Em Office, expandimos a oferta de unidades FlexOffice para atender à crescente demanda por espaços corporativos mobiliados e com serviços, alcançando 23,3 mil m² de unidades no modelo Flex Office. No segmento, os novos contratos de locação totalizaram 25,4 mil m² de ABL no ano

A Best Center apresentou uma sólida performance comercial, com 70 novos contratos assinados, totalizando 7,7 mil m², levando o portfólio próprio a atingir uma vacância de 9,0%, uma redução de 1,8 p.p. em relação a 2024. Se comparado na mesma base de ativos, a redução foi de 8,7 p.p.

O caixa gerado pelas vendas em 2025 contribuiu para a liquidação antecipada de dívidas e distribuição de R\$506 milhões em dividendos. Encerramos o ano com um saldo em aberto de R\$1,0 bilhão em empréstimos versus R\$1,2 bilhão no final de 2024, o que significa uma redução de dívida no montante de R\$137,0 milhões. O custo médio nominal de dívida no final do ano era de 13,1% ao ano, inferior a taxa Selic de 15,0% em dezembro de 2025. A alavancagem da Companhia, medida pela dívida líquida sobre o valor do portfólio e cotas de Fundo Imobiliário, encerrou o ano em 10,9%, comparada a 14,0% no final de 2024.

Nosso portfólio foi avaliado em R\$1,8 bilhão, composto por 38 imóveis abrangendo 219,8 mil m² de ABL, dos quais 8 edifícios corporativos e 30 centros de conveniência e lojas de rua. O NAV (*Net Asset Value*) da Companhia, considerando o investimento nas cotas de Fundo Imobiliário, encerrou ano em R\$1,9 bilhão, correspondendo a R\$33,9 por ação.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A receita operacional da companhia vem principalmente do aluguel de imóveis comerciais do seu portfólio. A Companhia também contabiliza receita operacional pela venda de imóveis e pela prestação de serviços a terceiros, que são relacionados com a locação e gestão patrimonial de imóveis, além de consultoria imobiliária para Fundos Imobiliários.

A Companhia entende que a adequação das Demonstrações Financeiras ao CPC 36 (R3), levando à consolidação dos resultados e balanço dos Fundos Imobiliários que somos cotistas subordinados nos nossos resultados, dificulta a leitura das Demonstrações Financeiras e não demonstra a situação real dos resultados. Dessa forma, as informações deste item são apresentadas desconsiderando o efeito do CPC 36 (R3).

2025 x 2024

As receitas com locação em 2025 totalizaram R\$163,1 milhões, contra R\$186,1 milhões em 2024, queda de 12,4%, impactadas pelas vendas de ativos realizadas em 2025 e 2024.

Em 2025, as receitas com vendas de imóveis totalizaram R\$1,2 bilhão, contra R\$330,9 milhões em 2024, um crescimento de 277,3%. Executamos a venda de 36 imóveis, sendo 19 imóveis de varejo para o Fundo Imobiliário TGRU, 8 imóveis corporativos para o Fundo Imobiliário SC JiveMauá, além de 3 terrenos, 4 lojas de rua, 1 centro de conveniência e 1 edifício corporativo. O cap rate médio das vendas foi de 8,3%.

O EBITDA recorrente atingiu R\$104,6 milhões, uma queda de 7,8% quando comparado com o ano anterior. A margem EBITDA encerrou o ano em 65,3%.

No final de dezembro de 2025, a Companhia tinha um portfólio com 38 imóveis, abrangendo 219,8 mil m² de ABL, dos quais 8 edifícios corporativos e 30 centros de conveniência. Os imóveis da São Carlos possuem contratos de locação com clientes considerados de primeira linha e atuantes em diversos segmentos da economia. Todos os contratos de locação de imóveis da Companhia são reajustados anualmente pela inflação (sendo o índice IGP-M adotado em aproximadamente 90% dos contratos).

No segmento de Office, os contratos são majoritariamente precificados através de um aluguel mínimo e há casos de clientes de FlexOffice em que a cobrança é feita pelo custo total de ocupação, onde estão incluídos o aluguel, condomínio, IPTU e outros encargos.

Nos centros de conveniência, a maioria dos contratos possui um valor de aluguel mínimo pré-estabelecido, porém há também a cobrança através de um percentual do faturamento mensal do

ocupante. Este valor calculado em relação ao faturamento do cliente é comparado ao aluguel mínimo e, caso haja diferença positiva, há cobrança do excedente.

Historicamente, a variação nas receitas da Companhia vem basicamente das locações das áreas vagas locadas, das renovações e renegociações de contrato feitas ao longo do ano, das vendas de ativos e de novas áreas em propriedades adquiridas.

O custo médio nominal de dívida no final do ano era de 13,1% ao ano, inferior à taxa Selic de 15,0% em dezembro de 2025. A alavancagem da Companhia, medida pela dívida líquida sobre o valor do portfólio e cotas de Fundo Imobiliário, encerrou o ano em 10,9%, comparada a 14,0% no final de 2024.

c. impacto relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os contratos de locação de imóveis da Companhia são corrigidos anualmente pela inflação, através principalmente do índice IGP-M.

No final do ano de 2025, os financiamentos corrigidos pela TR (Taxa Referencial) representavam 6,3% dos contratos, 31,3% estavam atrelados ao CDI, 33,6% indexados ao IPCA e 28,9% indexados à Poupança.

Os custos e despesas da Companhia não sofreram impactos significativos decorrentes da inflação entre 2024 e 2025. Ainda, a Companhia possui 100% de seu endividamento e receita em reais e, portanto, os resultados não foram afetados por flutuações de câmbio.

2.3 Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Em 25 junho de 2025, a Best Center Empreendimentos e Participações S.A. (“Best Center”), subsidiária integral da São Carlos, realizou a venda de um portfólio de ativos para o Fundo de Investimento Imobiliário TG Renda Urbana Master (“FII TGRU Master”). A forma de pagamento se deu através do recebimento de 74% do preço à vista e 26% em cotas subordinadas, emitidas pelo FII TGRU Master. Naquela data, o FII TGRU Master detinha 798.957 cotas subordinadas e 2.396.872 cotas sêniores. Desta forma, em decorrência da operação de venda dos ativos para o FII TGRU Master, a Best Center passou a deter 100% das cotas subordinadas emitidas naquela data e 25% de participação no FII TGRU Master.

Em 27 de novembro de 2025, a São Carlos Empreendimentos e Participações S.A. (“São Carlos”), realizou a venda de um portfólio de ativos para o Fundo Imobiliário SC JiveMauá Corporate (“FII SC JiveMauá”). A forma de pagamento se deu através do recebimento de 70% do preço à vista e 30% em cotas subordinadas, emitidas pelo FII SC JiveMauá. Naquela data, o FII SC JiveMauá detinha 2.721.428 cotas subordinadas e 6.350.000 cotas sêniores. Dessa forma, em decorrência da operação de venda dos ativos para o FII SC JiveMauá, a São Carlos passou a deter 100% das cotas subordinadas naquela data e 30% de participação no FII SC JiveMauá.

Com base nas características das cotas subordinadas que denotam, dentre outros aspectos, exposição significativa a retornos variáveis, identificou-se que as transações de venda devem se enquadrar no CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas e, desta forma, tanto o FII TGRU Master quanto o FII SC JiveMauá foram consolidados nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

Como resultado da consolidação do FII TGRU Master e do FII SC JiveMauá, em 31 de dezembro de 2025, os efeitos da venda dos ativos da Best Center e da São Carlos e as respectivas aquisições pelo FII

TGRU Master e pelo FII SC JiveMauá, foram integralmente eliminados na apresentação das Demonstrações Financeiras consolidadas. Os saldos existentes no patrimônio do FII TGRU Master e do FII SC JiveMauá referentes às cotas sêniores, que correspondem a 75% das cotas do FII TGRU Master e 70% do FII SC JiveMauá em 31 de dezembro de 2025, foram classificados nas Demonstrações Financeiras anuais consolidadas como instrumentos financeiros, na rubrica do passivo denominada “Outras obrigações financeiras”, mesmo que, pelas características do FII TGRU Master e do FII SC JiveMauá, não sejam obrigações a pagar da Best Center e da São Carlos como cotistas subordinados do FII TGRU Master e do FII SC JiveMauá, conforme detalhado na nota explicativa 13 das Demonstrações Financeiras Anuais de 2025.

Considerando que a consolidação dos fundos altera significativamente a apresentação dos resultados, a Companhia optou, em alguns itens desta Proposta de Administração, apresentar o resultado sem efeito do CPC 36 (R3), de forma a permitir maior comparabilidade com os períodos anteriores e melhor refletir o desempenho operacional de seus ativos.

Adicionalmente, vale ressaltar que durante o exercício de 2025, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados ao reconhecimento do Valor Recuperável dos Ativos (*Impairment*) nas companhias controladas pela São Carlos relacionadas ao segmento Office, no montante de R\$1,0 milhão e no segmento Best Center no valor de R\$5,2 milhões. O referido ajuste afetou as contas de “Investimentos em Controladas e Coligadas” no balanço patrimonial da companhia Controladora e “Imóveis Destinados a venda e Propriedades para Investimento” no balanço patrimonial das companhias Controladas em 31 de dezembro de 2025.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas nos pareceres dos auditores. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem a Lei das Sociedades por Ações (“LSA”), as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com os IFRS emitidos pelo IASB.

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Em 2025, não houve descontinuidade de segmento. Todavia, a Companhia encerrou o ciclo de venda de ativos de lojas de rua.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

2025

Em 2025, a subsidiária H.T.K.S.P.E. foi alienada em função do ativo corporativo que ela possuía.

c. eventos ou operações não usuais

As transações de venda de imóveis fazem parte das operações normais da Companhia. Nas divulgações de resultado, a Companhia publica os efeitos destes e outros eventos não recorrentes, para permitir aos interessados melhor visibilidade e comparação dos resultados nas operações usuais da Companhia.

2025

Em linha com a estratégia da Companhia de reciclar ativos consolidados, aproveitar oportunidades e ingressar no segmento de Fundos Imobiliários, realizamos as seguintes vendas de imóveis em 2025:

- Portfólio de 19 imóveis para o Fundo Imobiliário TGRU Master pelo valor de R\$308,5 milhões. A composição do portfólio foi de 15 centros de conveniência e 4 lojas de rua
- Portfólio de 8 imóveis (6 em SP e 2 no RJ) para o Fundo Imobiliário SC JiveMauá pelo valor de R\$837,2 milhões;
- 4 lojas de rua locadas para Lojas Pernambucanas (Guarujá – SP, Rio Claro – SP, São Vicente – SP e Ponta Grossa – PR) pelo valor de R\$48,8 milhões;
- 3 terrenos (Araras – SP, Itupeva – SP e São Paulo Parque Global – SP) pelo valor de R\$18,5 milhões
- 1 centro de conveniência em Piracicaba – SP pelo valor de R\$4,8 milhões
- 1 imóvel corporativo no Rio de Janeiro – RJ pelo valor de R\$2,2 milhões
- 1 centro de conveniência São Paulo – Parque Global pelo valor de R\$13,5 milhões

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou LAJIR (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. Informar o valor das medições não contábeis

R\$ mil	2025	2024
EBITDA recorrente	104.632	113.475
Margem EBITDA (%)	65,3%	63,5%
FFO (<i>Funds from operations</i>)	-4.962	-7.812
Margem FFO (%)	-3,1%	-4,4%
FFO/ação (R\$/ação)	-0,1	-0,1
Lucro líquido recorrente	-51.180	-63.277
Margem líquida ajustada (%)	-32,0%	-35,4%

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

R\$ mil	IFRS	Ajustes CPC 36	Ajustes Não-Recorrentes	2025
Lucro Líquido	-48.442	303.255		-48.442
(-) Resultado Financeiro	-107.273	20.365		-86.908
(-) Impostos (IR e CSLL)	-19.693	-16.404		-36.097
(-) Depreciação	-53.485	5.424		-48.061
EBITDA	132.009	293.871		425.879
Margem EBITDA	44,0%			31,3%
Receita líquida			-1.202.100	-1.202.100
Despesas gerais e administrativas			17.184	17.184
Outras receitas/despesas operacionais			863.667	863.667
EBITDA Recorrente				104.630
Margem EBITDA				65,3%
Lucro Líquido	-48.442			-48.442
Efeito das vendas de imóveis		303.255	-305.995	-2.739

Lucro líquido recorrente				-51.182
Margem Líquida recorrente				-32,0%
Lucro líquido	-48.442	303.255	-305.995	-51.182
Depreciação	53.485	-5.424	7	48.068
Acionistas Não-Controladores	-15.924	14.076	-	-1.848
FFO (funds from operations)				-4.962
Margem FFO				-3,1%
FFO/Ação				-0,1

R\$ mil	IFRS	Ajustes CPC 36	Ajustes Não-Recorrentes	2024
Lucro Líquido	-32.920			-32.920
(-) Resultado Financeiro	-102.052			-102.052
(-) Impostos (IR e CSLL)	-21.363			-21.363
(-) Depreciação	-55.381			-55.381
EBITDA	145.875			145.875
Margem EBITDA	28,7%			28,7%
Receita líquida			-330.316	-330.316
Despesas gerais e administrativas			4.336	4.336
Outras receitas/despesas operacionais			293.478	293.478
EBITDA Recorrente				113.373
Margem EBITDA				63,5%
Lucro Líquido	-32.920			-32.920
Efeito das vendas de imóveis			-30.459	-30.459
Lucro líquido recorrente				-63.379
Margem Líquida recorrente				-35,5%
Lucro líquido	-32.920		-30.459	-63.379
Depreciação	55.381		-	55.381
Acionistas Não-Controladores	186		-	186
FFO (funds from operations)				-7.812
Margem FFO				-4,4%
FFO/Ação				-0,1

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA é o lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, impostos (IR/CSLL), depreciação e amortização. Para o cálculo do EBITDA Recorrente utilizado pela Companhia, foram também excluídos os efeitos de eventos não recorrentes à operação da Companhia, tais como a venda de ativos, bem como não foram considerados os efeitos do CPC 36 (R3).

O EBITDA Recorrente não é uma medida contábil de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional da Companhia ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA Recorrente não deve ser considerado como recursos disponíveis para dividendos. Deve ser utilizado como uma informação adicional às demonstrações financeiras da Companhia.

No entanto, a Companhia entende que o EBITDA Recorrente é um indicador útil e importante para avaliar o resultado gerado a partir das operações – locação de imóveis – sem a influência da estrutura de capital, efeitos tributários e outros impactos contábeis que não possuem reflexo direto no fluxo de caixa. Além disso, permite a comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que estas possam calculá-los de maneira distinta. Calculamos a Margem EBITDA Recorrente dividindo o EBITDA Recorrente pela Receita Líquida Recorrente.

A Companhia reconhece, entretanto, que o EBITDA Recorrente pode apresentar limitações, em razão de não considerar determinados fatores, tais como a venda de ativos, que apesar de não ser uma atividade recorrente, pode afetar de maneira significativa o lucro líquido da Companhia. Desta forma, é recomendado que os indicadores de desempenho sejam sempre analisados em conjunto.

O FFO (*Funds From Operations*) é calculado utilizando-se o lucro líquido do exercício, ajustado para incluir as despesas com depreciações/amortizações e excluir os efeitos de eventos extraordinários contabilizados no período, considerados não recorrentes, se houver. Calculamos a margem FFO (%) dividindo o FFO pela receita líquida recorrente da Companhia no período, e calculamos o FFO por ação dividindo o FFO pelo número de ações, excluindo as ações em tesouraria ao final do período.

O FFO não possui significado padronizado e a definição de FFO utilizada pela Companhia pode não ser comparável com aquelas utilizadas por outras empresas. A Companhia entende que a utilização do FFO como medida de desempenho é aceitável para estimar sua geração de caixa recorrente, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta. No entanto, a Companhia também entende que o FFO apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de desempenho da Companhia, em razão de não considerar determinados fatores, que poderiam afetar, de maneira significativa, a geração de caixa na operação da Companhia.

O lucro líquido recorrente é calculado utilizando-se o lucro líquido do exercício, ajustado para excluir os efeitos de eventos extraordinários contabilizados no período, considerados não recorrentes, se houver. Calculamos a margem líquida recorrente (%) dividindo o lucro líquido recorrente pela receita líquida recorrente da Companhia no período. O lucro líquido recorrente não é uma medida de acordo com BR GAAP, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido como indicador do nosso desempenho operacional ou como substituto para o fluxo de caixa como indicador de liquidez. O lucro líquido recorrente não possui significado padronizado e a definição de lucro líquido recorrente utilizado pela Companhia pode não ser comparável com aquelas utilizadas por outras empresas.

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente¹.

Não houve nenhum evento subsequente

2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

- a. regras sobre retenção de lucros**

No último exercício social da Companhia, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6404/76 (Lei das S.A.), a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido, do exercício prevista no orçamento de capital, previamente aprovado pelos órgãos da administração.

b. regras sobre distribuição de dividendos

No último exercício social da Companhia, o estatuto social da Companhia determina a distribuição mínima de 25% do lucro líquido do exercício, caso haja lucro, a título de proventos.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

No último exercício social da Companhia, os dividendos são distribuídos conforme deliberado na AGO de acionistas da Companhia, com periodicidade anual que pode ser feito através do pagamento de dividendo ou JCP.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

No último exercício social da Companhia, 5% do lucro líquido do exercício, caso haja, deve ser aplicado na constituição de reserva legal, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.). Não há nenhuma restrição a pagamento de dividendos motivados por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não tem uma política de destinação de resultados e considera a regra de distribuição mínima de 25% do lucro do exercício, conforme determinado pela regulamentação.

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecerem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iii. contratos de construção não terminada

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Em 2025, não existiam ativos e passivos relevantes detidos pela Companhia que não foram registrados em suas demonstrações financeiras.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possui ativo ou passivo material que não esteja refletido nas Demonstrações Financeiras.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

b. natureza e o propósito da operação

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

A Companhia não possui ativo ou passivo material que não esteja refletido nas Demonstrações Financeiras.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

ii. fontes de financiamento dos investimentos

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Para 2026, a Companhia programou os seguintes investimentos: (a) R\$14,2 milhões em melhorias e adequações de clientes nos imóveis do portfólio; (b) R\$6,2 milhões em Flex Office (c) R\$2,6 milhões em manutenções dos centros de conveniência.

Em 2025, a Companhia investiu R\$44,4 milhões, sendo (a) R\$38,4 milhões destinados à manutenção de imóveis e desenvolvimento de unidades Flex Office do segmento Office e (b) R\$6,0 milhões investidos no desenvolvimento de centros de conveniência.

No ano, foram feitos desinvestimentos de R\$1,2 bilhão, divididos entre imóveis de Office (R\$839,4 milhões) e Best Center (R\$380,6 milhões).

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes, ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

d. oportunidades inseridas no plano de negócio do emissor relacionadas às questões ESG

A sustentabilidade é um pilar estratégico da São Carlos e está diretamente integrada à gestão do portfólio, à disciplina de alocação de capital e à estratégia de longo prazo da Companhia. As iniciativas ESG são conduzidas de forma alinhada à busca por eficiência operacional, geração de valor e melhoria contínua da qualidade dos ativos.

Na frente ambiental, a Companhia mantém o foco na eficiência energética e na otimização do consumo de recursos em seus empreendimentos. A contratação de energia no mercado livre segue como uma das principais iniciativas, contribuindo para maior previsibilidade de custos e ganhos operacionais, além de possibilitar o acesso a fontes com menor impacto ambiental. Adicionalmente, a estratégia de retrofit, já consolidada como uma das principais competências da Companhia, permite a modernização dos ativos com menor intensidade de capital e redução de impactos ambientais, reforçando a eficiência do portfólio ao longo do tempo.

A qualidade dos ativos também é refletida na manutenção e obtenção de certificações relevantes. Em 2025, o empreendimento EZ Towers (Torre A) manteve suas certificações ambientais e de bem-estar, incluindo LEED O+M v4.1 e Fitwel, além de iniciativas voltadas à gestão sustentável de resíduos, com destinação adequada por meio de reciclagem, coprocessamento e compostagem, em linha com práticas de economia circular.

Na frente de governança, a Companhia segue aprimorando continuamente sua estrutura, com revisão e atualização de políticas internas, fortalecimento dos mecanismos de controle e manutenção de elevados padrões de transparência. O Conselho de Administração conta com participação relevante de membros independentes, e a Companhia mantém estruturas formais de suporte à governança, como o Comitê de Auditoria, além da atuação de auditoria externa independente, assegurando aderência às melhores práticas de mercado.

Adicionalmente, a evolução do modelo de negócios da Companhia, com maior atuação no mercado de fundos imobiliários e na gestão de ativos, reforça o compromisso com uma estrutura mais eficiente de capital, alinhada à geração de valor e à transparência para os stakeholders.

Na frente social, a São Carlos mantém seu compromisso com a valorização das pessoas e o desenvolvimento de um ambiente de trabalho diverso e inclusivo. A Companhia segue promovendo iniciativas voltadas à qualidade de vida, saúde e bem-estar dos colaboradores, incluindo programas de conscientização, ações de engajamento e benefícios voltados ao equilíbrio entre vida pessoal e profissional. A representatividade feminina permanece relevante tanto no quadro total de colaboradores quanto em posições de liderança, reforçando o compromisso com a equidade de gênero.

Dessa forma, a Companhia segue evoluindo suas práticas ESG de maneira integrada à estratégia de negócios, reforçando sua visão de longo prazo e seu compromisso com a criação sustentável de valor.

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia já foram identificados e comentados nos demais itens desta seção, sendo assim, não há outros fatores a comentar.

ANEXO II – Informações Relativas a Candidatos a Membros do Conselho de Administração (CA)

7.3 Composição e experiência profissional da administração e do Conselho Fiscal

Nome	CPF	Nascimento	Profissão	Orgão da Adm	Cargo ocupado	Data da eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Eleito pelo controlador	Nº mandatos	Data do primeiro mandato	Outros cargos
Felipe de Faria Góes	070.942.687-93	31/05/1973	Administrador	Conselho de Administração	Presidente	29/04/2026	30/04/2026	1 ano	Sim	3	30/12/2023	Não exerce
Jorge Felipe Lemann	011.176.347-95	24/08/1971	Empresário	Conselho de Administração	Vice-Presidente	29/04/2026	30/04/2026	1 ano	Sim	17	27/04/2006	Não exerce
Marc Lemann	700.800.181-90	06/09/1991	Economista	Conselho de Administração	Conselheiro	29/04/2026	30/04/2026	1 ano	Sim	6	30/04/2020	Não exerce
Christian Van Hoegaerden Herrmann Telles	328.027.258-07	10/07/1993	Administrador	Conselho de Administração	Conselheiro	29/04/2026	30/04/2026	1 ano	Sim	4	29/04/2022	Não exerce
Marcio Del Nero	089.270.418-79	15/08/1970	Administrador	Conselho de Administração	Conselheiro Independente	29/04/2026	30/04/2026	1 ano	Não	6	30/04/2020	Não exerce
Rogério Chor	599.753.857-53	13/10/1959	Engenheiro	Conselho de Administração	Conselheiro Independente	29/04/2026	30/04/2026	1 ano	Não	5	30/04/2021	Não exerce
Ury Rabinovitz	545.346.315-53	27/02/1971	Administrador	Conselho de Administração	Suplente (Independente)	29/04/2026	30/04/2026	1 ano	Não	6	30/04/2020	Não exerce
Guili Chor	123.644.967-30	22/12/1992	Economista	Conselho de Administração	Suplente (independente)	29/04/2026	30/04/2026	1 ano	Não	5	30/04/2021	Não exerce
Veronica Deliza Pereira	419.015.668-03	08/06/1993	Economista	Conselho de Administração	Suplente	29/04/2026	30/04/2026	1 ano	Sim	3	28/04/2023	Não exerce
Marcelo Cunha Ribeiro	829.510.041-68	12/11/1977	Engenheiro	Conselho de Administração	Suplente	29/04/2026	30/04/2026	1 ano	Sim	-	29/04/2026	Não exerce

Currículo e eventuais impedimentos

Curriculum resumido dos candidatos ao Conselho de Administração

Felipe de Faria Góes - O Sr. Felipe Góes ingressou na companhia em 2011 e permaneceu como Diretor Presidente até o final de 2023. Atualmente, preside o Conselho de Administração, cargo que ocupa desde dezembro de 2023. Anteriormente à São Carlos, o Sr. Góes foi sócio da McKinsey, atuando nos setores de infraestrutura e financeiro no Brasil, Europa e Estados Unidos. O Sr. Góes é formado em Administração de Empresas pela PUC-RJ e possui MBA pela University of Michigan.

O Sr. Felipe Góes não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Felipe Góes declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente para fins da Resolução CVM nº 50.

Jorge Felipe Lemann - O Sr. Jorge Felipe Lemann fundou a JFL Realty e a Flow Corretora, que posteriormente fundiu as atividades com o banco múltiplo Brasil Plural. Anteriormente, trabalhou na Price Waterhouse Coopers, Célio Pelajo, Ativa S/A, Banco Matrix, Andrade Gutierrez, Unibanco Corretora e na Link CCTVM. Possui OPM da Harvard Business School.

O Sr. Jorge Felipe Lemann não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Jorge Felipe Lemann declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente para fins da Resolução CVM nº 50.

Marc Lemann – O Sr. Marc Lemann é socio fundador do fundo Growth Interface, que investe globalmente em empresas de capital aberto. Ele também é socio da Go4it Capital, que investe em startups inovando em esporte, entretenimento e bem-estar. Ele se formou em Economia na Columbia University em 2014.

O Sr. Marc Lemann não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Marc Lemann declara que não é considerada uma Pessoa Exposta Politicamente para fins da Resolução CVM nº 50.

Christian Van Hoegaerden Herrmann Telles - Graduado em Administração em Babson College nos EUA (2015). Fundou em 2016 a empresa de consultoria orçamentária Altuna, e em 2017, juntou-se como sócio ao time de investimentos da Expanding Capital, fundo de Venture Capital investidor em startups de tecnologia nos EUA. Anteriormente foi fundador de duas empresas nos ramos de mídia social e procura de empregos na web, assim como foi programador na startup Rithmio.

O Sr. Christian Telles não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Christian Telles declara que não é considerada uma Pessoa Exposta Politicamente para fins da Resolução CVM nº 50.

Rogério Chor – O Sr. Rogério Chor fundou em 1987 a CHL Incorporações. Em duas décadas, construiu e comercializou mais de 2.500 unidades residenciais e comerciais e se consolidou como uma das referências do mercado imobiliário no Rio de Janeiro, ganhando diversos prêmios como Carioca do ano, da revista Veja Rio, e empresário do ano, no Destaque ADEMI. Em 2006, vendeu a CHL Incorporações. Foi presidente do colégio Liessin, da ADEMI e atualmente comanda o Fundo Patrimonial (Endowment) Rogério Jonas Zylberstajn.

O Sr. Rogério Chor não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Rogério Chor declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente para fins da Resolução CVM nº 50.

O Sr. Rogério Chor é membro independente da Companhia. Para definição do critério de independência foi utilizada a definição do Regulamento do Novo Mercado e da Resolução CVM nº 80/2022.

Marcio Del Nero - Diretor de auditoria e risco e membro do comitê executivo da VR Investimentos. O Sr. Marcio Del Nero está na VR Investimentos desde 2000 e lidera as equipes contábeis, fiscais, jurídicas, compliance e de back-office. É responsável por toda a auditoria interna e externa das empresas da VR e se envolveu em transações de fusões e aquisições em diversos setores, como serviços, tecnologia e finanças. O Sr. Marcio Del Nero também é responsável pela supervisão da sucessão e planejamento tributário, assuntos financeiros e gerenciamento de riscos de portfólio do Family Office - Szajman. Antes de ingressar na VR, o Sr. Marcio Del Nero trabalhou por seis anos na Ernst & Young em São Paulo, Brasil, e por dois anos na Ernst & Young em Nova York. O Sr. Marcio Del Nero é bacharel em Economia pela Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP e Contabilidade pelo Instituto de Educação Costa Braga.

O Sr. Marcio Del Nero não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da

Superintendência de Seguros Privados, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Marcio Del Nero declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente para fins da Resolução CVM nº 50.

O Sr. Marcio Del Nero é membro independente da Companhia. Para definição do critério de independência foi utilizada a definição do Regulamento do Novo Mercado e da Resolução CVM nº 80/2022.

Ury Rabinovitz - Diretor de Finanças e Investimentos do Grupo VR, sócio e membro do Comitê Executivo da VR Investimentos, atua no Grupo VR desde 2006, conduzindo as iniciativas de investimentos e gestão do portfólio do Grupo. É membro do Conselho de Administração da Bemol S/A desde 2018. É membro do Conselho Fiscal da União Brasileiro-Israelita do Bem-Estar Social (Unibes) desde 2018. Foi membro do Comitê de Investimentos da EBricks Ventures entre 2014 e 2019 e é membro do Comitê de Investimentos do Arlon Latin America Partners desde 2013. De 2002 a 2006 trabalhou na Brasil Telecom S.A. como Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Internet e Diretor de Investimentos, onde liderou investimentos e supervisionou novos negócios estratégicos. Antes de ingressar na Brasil Telecom, trabalhou para a McKinsey & Company, Construtora OAS e Ernst & Young. É Bacharel em Administração de Empresas pela Faculdade Salvador, possui MBA Executivo em Finanças pelo IBMEC e MBA em Finanças pela Universidade do Texas em Austin.

O Sr. Ury Rabinovitz não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Ury Rabinovitz declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente para fins da Resolução CVM nº 50.

O Sr. Ury Rabinovitz é membro independente da Companhia. Para definição do critério de independência foi utilizada a definição do Regulamento do Novo Mercado e da Resolução CVM nº 80/2022.

Guili Chor – O Sr. Guili Chor é diretor da TGB empreendimentos, empresa focada no mercado imobiliário do Rio de Janeiro. Na sua gestão, a TGB adquiriu e administra diversos empreendimentos comerciais, incluindo concessões de todos os espaços comerciais de várias estações de trem da SuperVia, como a Central do Brasil. Atua também na compra e desenvolvimento de incorporações residenciais no modelo de permutante. Foi vice-presidente da ADEMI-RJ em 2017 e 2018 e consultor do fundo imobiliário Max Retail por 3 anos. O Sr. Guili Chor é bacharel em Economia pela Puc-Rio.

O Sr. Guili Chor não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Guili Chor declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente para fins da Resolução CVM nº 50.

O Sr. Guili Chor é membro independente da Companhia. Para definição do critério de independência foi utilizada a definição do Regulamento do Novo Mercado e da Resolução CVM nº 80/2022.

Veronica Deliza – A Sra. Veronica Deliza faz parte da LTS Investments, tendo dedicado a maior parte de sua carreira a investimentos globais em empresas de capital aberto. Teve passagens pela Point Break Capital Management e J.P. Morgan. Se formou em Economia na FGV-EESP em 2015.

A Sra. Veronica Deliza não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

A Sra. Veronica Deliza declara que não é considerada uma Pessoa Exposta Politicamente para fins da Resolução CVM nº 50.

Marcelo Cunha Ribeiro – O Sr. Marcelo Cunha Ribeiro foi Diretor Executivo de Finanças da Companhia Siderúrgica Nacional, onde também ocupava posições na administração de suas subsidiárias, como membro do Conselho de Administração da CSN Mineração S.A, Diretor Financeiro da CSN Cimentos Brasil S.A., Presidente do Conselho de Administração da TLSA – Transnordestina Logística S.A., membro do Conselho de Administração da MRS logística S.A., membro do Conselho de Administração e Diretor Superintendente e de Relações com Investidores da Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE-G. Antes de ingressar na CSN, atuou como Diretor Financeiro do Grupo St. Marche, Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores da Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A., Diretor Financeiro do Grupo SBF (GP Investimentos Ltd), Managing Director na área de Private Equity da GP Investimentos Ltd. e Diretor Financeiro da San Antonio International Ltd., bem como membro do Conselho de Administração do Hopi Hari S.A., Telemar Norte Leste S.A. (Oi S.A.), Contax Participações S.A., Estácio Participações S.A., Magnesita Refratários S.A., e BR Towers S.A.. Formado em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo e possui MBA pela Harvard Business School, e concluiu o SEP pela Stanford Graduate School of Business.

O Sr Marcelo Cunha Ribeiro não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, ainda que não transitada em julgado; (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ainda que não transitada em julgado; ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr Marcelo Cunha Ribeiro declara que não é considerada uma Pessoa Exposta Politicamente para fins da Resolução CVM nº 50.

7.5 Informar a existência de relação conjugal, união estável, ou parentesco até 2º grau relacionadas a Administradores do emissor, controladas e controladores

Não aplicável.

7.6 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviços ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre Administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social**
- b. controlador direto ou indireto do emissor**
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Não aplicável. A Administração da Companhia entende que não houve relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e: sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia; o controlador direto ou indireto da Companhia; e fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

ANEXO III – Remuneração Global dos Administradores

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A Companhia possui uma Política de Remuneração, aprovada pelo Conselho de Administração em 28 de abril de 2023 e revisada em 13 de março de 2024, cujo objetivo é estabelecer as diretrizes e regras que deverão ser observadas para determinar a remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, com o objetivo de fazer com que o sistema de remuneração da Companhia promova, por meio da contratação e retenção dos melhores profissionais, uma cultura de maximização de resultados, alinhada aos interesses de seus acionistas e demais *stakeholders*, observadas a legislação e regulamentação aplicáveis e o estatuto social da Companhia. A Política pode ser consultada no site de RI da Companhia (<https://ri.scsa.com.br/>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

A Companhia entende que atrair e reter talentos, motivar e envolver líderes que ocupam posições estratégicas, especialmente membros para a Administração, é um desafio crítico para o sucesso. As práticas de mercado adotadas pelas principais empresas do setor são sempre referência para a definição da remuneração de executivos, além de outros elementos, alinhando o sucesso de longo prazo da Companhia às políticas de remuneração de sua administração.

Além das práticas de mercado, a estratégia e os pacotes de remuneração anual dos membros da administração são elaborados com base nas responsabilidades e escopo de cada membro, sua competência, desempenho apresentados e metas atingidas, além do alinhamento com as estratégias de curto e longo prazos da Companhia, a sustentabilidade de seus negócios e o retorno aos acionistas e demais partes interessadas (*stakeholders*).

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Conselho de Administração participa do processo decisório e é responsável (i) pela avaliação de todas as definições e estratégias relacionadas à remuneração individual dos membros da Diretoria, do Conselho de Administração e de seus Comitês de Assessoramento, e (ii) pela definição dos critérios gerais de outorga de opções/concessão de ações, remuneração e de benefícios (benefícios indiretos, participação nos resultados, dentre outros) dos administradores. Cumpre ressaltar que os membros do Conselho de Administração se abstêm de votar a respeito da definição da remuneração individual deles mesmos, de modo a evitar eventual conflito de interesses.

Considerando as avaliações de desempenho individuais, realizadas anualmente, a Diretoria elabora uma proposta de remuneração que é encaminhada para deliberação do Conselho de Administração e,

posteriormente, à Assembleia Geral de Acionistas, conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração individual, fixa e variável, dos membros da Administração da Companhia procura seguir os padrões de mercado de profissionais com experiência semelhante em empresas do mesmo setor da Companhia, sendo comparado periodicamente, por meio de pesquisas e estudos, para que se possa aferir a sua competitividade e eventualmente realizar reajustes de remuneração.

Ao Presidente do Conselho de Administração poderá ser estabelecida uma remuneração diferenciada, tendo em vista o tempo dedicado, a complexidade de suas atribuições e maior impacto nos negócios da Companhia em decorrência do exercício de sua função.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A revisão das práticas para definição da remuneração individual dos administradores é feita anualmente, no contexto da Proposta da Administração.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

A composição da remuneração visa a proporcionar aos colaboradores incentivo e motivação para que busquem sempre a melhor rentabilidade para os negócios da Companhia, resultando em um alinhamento dos interesses da Companhia com os de seus administradores.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta por remuneração fixa e variável, essa última a partir da concessão de opções de compra de ações de emissão da Companhia, nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia e do Programa de Remuneração Extraordinária.

A remuneração da Diretoria Estatutária é composta por remuneração fixa e variável, essa última a partir da concessão de opções de compra de ações e da remuneração baseada em ações de emissão da Companhia. A parcela fixa está alinhada com a média do mercado, enquanto a remuneração variável tem caráter de longo prazo, nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações, do Plano de Remuneração Baseado em Ações da Companhia, conforme especificado nas notas do item 8.4, e do Programa de Remuneração Extraordinária.

Os membros do Conselho de Administração que participarem de Comitês de Assessoramento poderão fazer jus ao recebimento de remuneração adicional pela função exercida, conforme deliberação do Conselho de Administração. De igual modo, os membros do Comitê de Auditoria também poderão fazer jus ao recebimento de remuneração.

Os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, recebem somente remuneração fixa equivalente a, pelo menos, o mínimo legal, conforme deliberação em assembleia geral. A remuneração não pode ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da remuneração atribuída a um diretor, considerando-se, para o cálculo, a média da remuneração dos diretores, não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos resultados. Adicionalmente, os membros do Conselho Fiscal são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função. Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus ao recebimento de remuneração variável.

A parcela da remuneração variável é paga anualmente e é diretamente relacionada ao atendimento das metas e objetivos ligados ao desempenho da Companhia e de cada diretor, conforme definidos pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, os ganhos decorrentes do Plano de Opção de Compra de Ações e do Plano de Remuneração Baseada em Ações apenas se verificam caso as ações de emissão da Companhia valorizem-se no mercado no horizonte de longo prazo, de maneira que os participantes lucrem com a venda de tais ações na medida em que sua cotação supere, no momento da venda, o preço pelo qual foram adquiridas/concedidas (conforme o caso).

Apesar de não se enquadrar como uma política ou prática habitual, a remuneração baseada em ações também é referenciada no longo prazo, pois geralmente estará sujeita a condições que possibilitem aos administradores auferir ganhos somente após a liberação dos prazos de alienação/entrega (conforme o caso) de tais ações, ou ainda outras condições, e sempre na medida em que as ações da Companhia se valorizem.

Programa de Remuneração Extraordinária

Em 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o Programa de Remuneração Extraordinária que consiste na concessão de uma remuneração extraordinária de médio e longo prazo, pela Companhia a determinados Administradores e empregados que venham a ser selecionados pelo Conselho de Administração, em um montante global variável cujo valor base será de R\$ 58,1 milhões, a ser distribuído entre os beneficiários em até 5 (cinco) anos, considerando o atingimento de 100% das metas de performance da Companhia a serem definidas pelo Conselho de Administração.

Para fins do programa, as metas a serem definidas pelo Conselho de Administração deverão estar atreladas integralmente à performance da Companhia e poderão incluir, exemplificativamente, resultados apurados pela Companhia, lucratividade ou proventos distribuídos. O programa poderá vigorar por até 5 (cinco) anos contados da celebração do contrato de remuneração extraordinária entre a Companhia e cada beneficiário, prazo durante o qual os beneficiários poderão fazer jus à remuneração extraordinária desde que as metas sejam atingidas e os beneficiários permaneçam em cargos na Companhia.

O principal objetivo do Programa é reter os Administradores e empregados de alto nível da Companhia com vistas a estimular a performance da Companhia e a consecução do seu objeto social, promovendo, ao mesmo tempo, o alinhamento dos interesses dos beneficiários com os interesses da Companhia e dos acionistas.

Caso as metas sejam atingidas, nos termos a serem aprovados pelo Conselho de Administração, e o beneficiário tenha permanecido em cargo na Companhia, a remuneração extraordinária será devida e

deverá ser paga ao beneficiário a título de bônus, em dinheiro. Caso o contrato de trabalho ou mandato do beneficiário, conforme o caso, venha a cessar antes do término do período de 5 (cinco) anos para a apuração do atingimento das metas, o beneficiário perderá o direito ao recebimento de qualquer montante da remuneração extraordinária que ainda não seja devido, exceto em situações excepcionais em que o Conselho de Administração entenda adequado prever o pagamento de valores após a saída do cargo.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração fixa (salário ou pró-labore)	100%	28%
Remuneração variável (bônus)	-	72%
Remuneração baseada em ações	-	-

2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração fixa (salário ou pró-labore)	100%	64%
Remuneração variável (bônus)	-	36%
Remuneração baseada em ações	-	-

2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração fixa (salário ou pró-labore)	100%	24%
Remuneração variável (bônus)	-	75%
Remuneração baseada em ações	-	1%

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

O Conselho de Administração é responsável pela definição da remuneração individual de cada membro do Conselho de Administração e de cada diretor da Companhia, incluindo a remuneração fixa, variável e os critérios de outorga de opções e concessão de ações restritas, quando aplicável.

A remuneração individual, fixa e variável, da Diretoria da Companhia é atualizada anualmente com base na variação do IGP-M ou do IPC-A, até que o Conselho de Administração entenda ser necessária a realização de pesquisa. Os membros do Conselho de Administração recebem a mesma remuneração fixa, exceto o Presidente do Conselho de Administração.

Anualmente, as metas da Diretoria da Companhia, cujo atingimento é determinante na aferição do montante a ser pago a título de remuneração variável e no montante de opções a serem outorgadas e de ações restritas a serem concedidas, são revistas, validadas e aprovadas pelo Conselho de Administração.

A parcela fixa da remuneração da Diretoria Estatutária procura seguir os padrões de mercado para profissionais com experiência semelhante em empresas do setor em que a Companhia atua, sendo reajustada com base nos padrões verificados no mercado (inflação). A parcela variável da remuneração da Diretoria Estatutária é calculada de forma que represente uma parte importante

da remuneração total da Diretoria, sendo diretamente atrelada a metas globais da Companhia e metas individuais de cada diretor, determinadas pelo Conselho de Administração. A principal razão que justifica tal distribuição é o alinhamento entre as funções desempenhadas pelos diretores e os interesses dos acionistas, de forma que os diretores logrem alcançar os objetivos da Companhia.

A composição da remuneração dos membros do Conselho de Administração busca seguir os padrões de mercado.

A parcela fixa da remuneração dos membros do Conselho de Administração não prevê reajuste anual, exceto o Presidente do Conselho de Administração.

A remuneração dos diretores estatutários da Companhia é baseada em um modelo de remuneração que concentra uma parcela significativa na parcela variável, com o intuito de compartilhar os riscos e os resultados dos seus principais executivos com os acionistas. Nesse sentido, a remuneração fixa está em linha com o mercado e a remuneração variável estimula a busca de resultados expressivos para a obtenção de uma remuneração variável acima da média do mercado. A remuneração variável é definida com os seguintes critérios: (i) metas de resultado da Companhia desafiadoras, mas atingíveis; (ii) sem remuneração variável se as metas da Companhia não forem alcançadas em determinado nível; (iii) o diretor fará jus a remuneração variável apenas se as metas da Companhia e do diretor forem alcançadas.

A outorga de opções de ações e das concessões de ações restritas da Companhia visa a alinhar os interesses dos acionistas e dos administradores no longo prazo, mediante o investimento na aquisição de ações da Companhia por parte dos administradores, as quais terão restrição de venda ou entrega condicionada à permanência na Companhia por determinado período.

Para o Conselho Fiscal, quando instalado, busca-se assegurar remuneração compatível com limites definidos na legislação aplicável.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Os indicadores de desempenho se aplicam à Diretoria Estatutária, com relação à parcela variável de sua remuneração. As políticas de remuneração da Companhia buscam estruturar a remuneração de cada diretor com base no atendimento a metas globais da Companhia e metas individuais, conforme as funções que lhe sejam atribuídas. As metas globais da Companhia estão ligadas ao desempenho operacional da empresa medido através do EBITDA além de outros indicadores como taxa de vacância do portfólio, geração de caixa (FFO), nível de investimentos, controle de custos e outros indicadores estratégicos como abertura de novos empreendimentos, aquisição ou venda de imóveis e à gestão do caixa da companhia.

Adicionalmente, observa-se que qualquer ganho relacionado ao plano de opção de compra de ações e ao plano de remuneração baseada em ações, conforme suas condições detalhadas mais abaixo no item 8.4, apenas serão verificados na medida e na proporção da valorização das ações de emissão da Companhia no mercado, de forma que o participante do plano se sinta incentivado para contribuir com a geração de valor aos acionistas no longo prazo.

- ii. **razões que justificam a composição da remuneração**

A composição da remuneração dos membros do Conselho de Administração busca seguir os padrões de mercado.

A remuneração dos diretores estatutários da Companhia é baseada em um modelo de remuneração que concentra uma parcela significativa na parcela variável, com o intuito de compartilhar os riscos e os resultados dos seus principais executivos com os acionistas. Nesse sentido, a remuneração fixa está em linha com o mercado e a remuneração variável estimula a busca de resultados expressivos para a obtenção de uma remuneração variável acima da média do mercado. A remuneração variável é definida com os seguintes critérios: (i) metas de resultado da Companhia desafiadoras, mas atingíveis; (ii) sem remuneração variável se as metas da Companhia não forem alcançadas em determinado nível; (iii) o diretor fará jus à remuneração variável apenas se as metas da Companhia e do diretor forem alcançadas.

A outorga de opções de ações e das concessões de ações restritas da Companhia visa a alinhar os interesses dos acionistas e dos administradores no longo prazo, mediante o investimento na aquisição de ações da Companhia por parte dos administradores, as quais terão restrição de venda ou entrega condicionada à permanência na Companhia por determinado período.

Para o Conselho Fiscal, quando instalado, busca-se assegurar remuneração compatível com os limites definidos na legislação aplicável.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e razão para esse fato

Não existem membros não remunerados pelo emissor.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controles diretos ou indiretos

Nenhum diretor ou membro do Conselho de Administração tem sua remuneração relativa ao desempenho de funções na Companhia suportada por subsidiárias, controladas ou controladores da Companhia. Não obstante, determinadas subsidiárias da Companhia efetuam pagamentos mensais aos administradores a título de pró-labore pelas funções exercidas pelos respectivos diretores enquanto administradores de tais subsidiárias.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há nenhuma remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 Em relação a remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração prevista para o Exercício Social de 31/12/2026 – Valores anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	10	2	-	12
Nº de membros remunerados	10	2	-	12
Remuneração fixa anual (R\$)	1.774.038	2.035.720	0	3.809.758
Salário ou pró-labore	1.774.038	2.035.720	-	3.809.758
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Por Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável (R\$)	5.297.872	8.995.032	0	14.292.904
Bônus	-	5.357.160	-	5.357.160
Programa de remuneração extraordinária	5.297.872	3.637.872	-	8.935.744
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações, incluindo opções				
Total da remuneração (R\$)	7.071.910	11.030.752	0	18.102.662

(1) Para 2026, propomos que o Conselho de Administração seja composto por 10 membros, sendo 6 membros efetivos e 4 suplentes.

(2) O número de membros foi calculado de acordo com o Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP.

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2025 – Valores anuais				
	Conselho de Administração¹	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal²	Total
Nº de membros	9	2	-	11
Nº de membros remunerados	9	2	-	11
Remuneração fixa anual (R\$)	1.677.120	2.175.840	-	3.852.960
Salário ou pró-labore	1.677.120	2.175.840	-	3.852.960
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Por Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável (R\$)	3.533.076	8.308.042	0	11.841.118
Bônus	-	5.608.772	-	5.608.772
Programa de remuneração extraordinária	3.533.076	2.699.270	-	6.232.345
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações, incluindo opções				
Total da remuneração (R\$)	5.210.196	10.483.882	0	15.694.078

(1) Encerramos o ano de 2025 com 9 membros no conselho de administração, sendo 6 efetivos e 3 suplentes. O número de membros foi calculado de acordo com o Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP.

(2) Em 2025, a Companhia não tinha Conselho Fiscal instalado.

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2024 – Valores anuais				
	Conselho de Administração¹	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal²	Total
Nº de membros	9	2	N/A	11
Nº de membros remunerados	9	2	N/A	11
Remuneração fixa anual (R\$)	1.626.000	2.092.152		3.718.152
Salário ou pró-labore	1.626.000	2.092.152		3.718.152
Benefícios diretos e indiretos	-	-		-
Por Participações em comitês	-	-		-
Outros	-	-		-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-		-
Remuneração variável (R\$)	1.245.704	2.813.438	0	4.059.142
Bônus	-	1.159.142		1.159.142
Programa de remuneração extraordinária	1.245.704	1.654.296		2.900.000
Participação de resultados	-	-		-
Participação em reuniões	-	-		-
Comissões	-	-		-
Outros	-	-		-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-		-
Pós-emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações, incluindo opções				
Total da remuneração (R\$)	2.871.704	4.905.590	-	7.777.294

(1) Encerramos o ano de 2024 com 9 membros no conselho de administração, sendo 6 efetivos e 3 suplentes.

(2) O número de membros foi calculado de acordo com o Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP.

(3) Em 2024, a Companhia não tinha Conselho Fiscal instalado.

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2023 – Valores anuais				
	Conselho de Administração¹	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal²	Total
Nº de membros	9,33	3	-	12,33
Nº de membros remunerados	9,33	3	-	12,33
Remuneração fixa anual	1.079.651	4.287.924		5.367.575
Salário ou pró-labore	1.079.651	4.287.924		5.367.575
Benefícios diretos e indiretos	-	-		-
Por Participações em comitês	-	-		-
Outros	-	-		-
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável	-	13.494.743		13.494.743
Bônus	-	13.494.743		13.494.743
Participação de resultados	-	-		-
Participação em reuniões	-	-		-
Comissões	-	-		-
Outros	-	-		-
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	-	-		-
Cessação do cargo	-	-		-
Baseada em ações, incluindo opções³	-	114.450		114.450
Total da remuneração	1.079.651	17.897.117	-	18.976.768

(1) Encerramos o ano de 2023 com 9 membros no conselho de administração, sendo 6 efetivos e 3 suplentes.

(2) O número de membros foi calculado de acordo com o Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP.

(3) Em 2023, a Companhia não tinha o Conselho Fiscal instalado.

(4) Os valores da remuneração baseada em ações correspondem ao total das opções outorgadas para os beneficiários no programa de opção de ações do exercício multiplicado pelo valor justo das respectivas opções.

8.3 Em relação a remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

2026 – Prevista	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número total de membros	10	0	2	12
Número de membros remunerados	10	0	2	12
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano (R\$)	5.297.872	-	8.995.032	14.292.905
Valor previsto para metas atingidas (R\$)	5.297.872	-	8.995.032	14.292.905
Valor efetivamente reconhecido no resultado (a)	-	-	-	-
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto para metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00

A provisão do bônus 2026 é realizada mensalmente durante o exercício de 2026. Os valores acima são em Reais e estão sem encargos.

2025	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número total de membros	9	0	2	11
Número de membros remunerados	9	0	2	11
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano (R\$)	3.533.076	-	8.308.042	11.841.118
Valor previsto para metas atingidas (R\$)	3.533.076	-	8.308.042	11.841.118
Valor efetivamente reconhecido no resultado (a)	-	-	-	-
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto para metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00

2024	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número total de membros	9	0	2	11
Número de membros remunerados	9	0	2	11
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano (R\$)	5.000.000	0	12.144.304	17.144.304
Valor previsto para metas atingidas (R\$)	5.000.000	0	12.144.304	17.144.304
Valor efetivamente reconhecido no resultado (a)	1.245.704	0	2.813.438	4.059.142
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano	-	-	-	-
Valor previsto para metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

2023	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número total de membros	9,33	0	3	12,33
Número de membros remunerados	9,33	0	3	12,33
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano (R\$)	-	-	8.662.000	8.662.000
Valor previsto para metas atingidas (R\$)	-	-	13.494.743	13.494.743
Valor efetivamente reconhecido no resultado (a)	-	-	13.494.743	13.494.743
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano	-	-	-	-
Valor previsto para metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais
- b. data de aprovação e órgão responsável

Plano de Opção de Compra de Ações

No âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (o “Plano de Opção”), empregados de alto nível e administradores, seja da Companhia ou de sociedades por ela controladas direta ou

indiretamente (“Beneficiários”), são elegíveis a receber opções de compra de ações de emissão da Companhia.

O Plano de Opção foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2006 e teve algumas de suas disposições alteradas na Assembleia Geral Extraordinária realizada (cumulativamente com uma Assembleia Geral Ordinária) em 30 de abril de 2010, e na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de maio de 2018. O Conselho de Administração é responsável por administrar o Plano de Opção, com amplos poderes para sua organização, observadas as condições gerais do Plano de Opção. O Conselho de Administração pode ainda optar por delegar suas funções a um Comitê específico. No entanto, atualmente a Companhia não tem Comitê instalado para administrar o Plano de Opção.

O Conselho de Administração realiza as outorgas de opções, estabelecendo os termos e condições aplicáveis a cada outorga em programas de opção de compra de ações (“Programas”), onde serão definidos os Beneficiários, o número total de ações objeto de outorga, a divisão das opções em lotes, o preço e o prazo de exercício, eventuais restrições às ações adquiridas e disposições sobre as penalidades aplicáveis.

Os Beneficiários contemplados pelas outorgas devem celebrar Contratos de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Contratos”) com a Companhia, por meio dos quais os Beneficiários têm a opção de comprar lotes de ações de emissão da Companhia, de acordo com os termos e condições do Plano e do Programa correspondente.

Cada uma das opções outorgadas pela Companhia dá o direito à aquisição de uma ação ordinária de emissão da Companhia.

Em reunião realizada em 14 de março de 2012, o Conselho de Administração deliberou submeter aos acionistas da Companhia, reunidos em assembleia geral, um novo Plano de Opção de Compra de Ações (“Novo Plano de Opção”). O Novo Plano de Opção, que foi aprovado por unanimidade em Assembleia Geral Extraordinária realizada (cumulativamente com uma Assembleia Geral Ordinária) em 30 de abril de 2012, permite a outorga de opções de compra de ações sob condições mais flexíveis, dando poderes ao Conselho de Administração e ao Comitê, conforme o caso, para estruturar as outorgas de maneira ainda mais eficiente e de acordo com demandas específicas que se façam presentes num determinado momento.

Em reunião realizada em 03 de maio de 2018, o Conselho de Administração deliberou submeter aos acionistas da Companhia, reunidos em assembleia geral, alterações no Novo Plano de Opção. Tais alterações, que foram aprovadas por unanimidade em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 23 de maio de 2018, consistiram no cancelamento de outorgas previstas no Plano de Opção uma vez que não se mostraram adequados aos interesses da Companhia.

Na reunião de 22 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração aprovou as regras e condições para outorga de um novo programa de opções de compra de ações (“Programa 2019”), que entrou em vigor no dia 13 de março de 2019.

Na reunião de 19 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração aprovou as regras e condições para outorga de um novo programa de opções de compra de ações (“Programa 2020”), que entrou em vigor no dia 06 de março de 2020.

Na reunião de 03 de março de 2021, o Conselho de Administração aprovou as regras e condições para outorga de um novo programa de opções de compra de ações (“Programa 2021”), que entrou em vigor no dia 03 de março de 2021.

Na reunião de 16 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração aprovou as regras e condições para outorga de um novo programa de opções de compra de ações (“Programa 2022”), que entrou em vigor no dia 16 de fevereiro de 2022.

Plano de Remuneração Baseado em Ações

A Companhia implementou um Plano de Remuneração Baseado em Ações (“Plano de Ações” e, em conjunto com o Plano de Opção, os “Planos”), aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de maio de 2018, segundo o qual os Beneficiários são elegíveis para receber ações da Companhia. As ações que estão sujeitas ao Plano de Ações são designadas “Ações Restritas”.

O Conselho de Administração tem amplos poderes de organização e gestão do Plano de Ações, em conformidade com seus termos e condições gerais, devendo estabelecer os termos e condições aplicáveis a cada programa de Ações Restritas, incluindo as condições e procedimento de transferência das Ações Restritas e regras aplicáveis em caso de desligamento.

Na reunião de 22 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração aprovou as regras e condições para o programa de remuneração baseado em ações (“Programa de Ações Restritas 2019”), que entrou em vigor no dia 13 de março de 2019.

Na reunião de 19 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração aprovou as regras e condições para o programa de remuneração baseado em ações (“Programa de Ações Restritas 2020”), que entrou em vigor no dia 06 de março de 2020.

Na reunião de 03 de março de 2021, o Conselho de Administração aprovou as regras e condições para o programa de remuneração baseado em ações (“Programa de Ações Restritas 2021”), que entrou em vigor no dia 05 de março de 2021.

Na reunião de 16 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração aprovou as regras e condições para o programa de remuneração baseado em ações (“Programa de Ações Restritas 2022”), que entrou em vigor no dia 04 de março de 2022.

Na reunião de 02 de janeiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou as regras e condições para o programa de remuneração baseado em ações (“Programa de Ações Restritas 2023”), que entrou em vigor no dia 02 de janeiro de 2023.

Principais objetivos do plano

O principal objetivo dos Planos (Plano de Opção e Plano de Ações) é o alinhamento dos administradores aos interesses dos acionistas da Companhia, criando também a oportunidade de investimento e estabelecendo assim visão de longo prazo.

c. Número máximo de ações abrangidas

Por meio dos Programas atualmente existentes, o Conselho de Administração realizou outorga de opções que, no total, deram direito à aquisição de 646.687 ações ordinárias de emissão da Companhia. Passado o decurso do prazo de exercício, 596.687 foram adquiridas mediante o exercício de opções e o saldo foi cancelado. Por meio do Programa de Ações Restritas, o Conselho de Administração realizou a concessão de 1.085.465 ações restritas, das quais 323.653 foram adquiridas e 317.337 foram canceladas. As ações são transferidas aos participantes após o decurso do prazo de carência de até cinco anos e desde que o participante mantenha o vínculo empregatício e/ou estatutário com a Companhia até o final de tal prazo.

Os Planos estabelecem que o número máximo de ações abrangidas por cada Plano deverá respeitar o limite máximo de 5% (cinco por cento) – portanto, totalizando 10% (dez por cento) para ambos os Planos – do total de ações do capital social da Companhia existentes na data de sua concessão, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas e ações restritas não entregues nos termos de todos os Programas em vigor. Atualmente, considerando-se o número total de ações em que se divide o capital social da Companhia, este número corresponde a 5.773.319 ações.

d. Número máximo de opções a serem outorgadas

Para o Plano de Opções, a outorga deve respeitar o limite máximo de 5% do total de ações do capital social da Companhia existentes na data de sua concessão, considerando-se, neste total, o efeito de diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas nos termos de todos os Programas em vigor.

Por meio dos Programas sob o Plano de Opções de 2015, 2019, 2020, 2021 e 2022, o Conselho de Administração realizou outorgas de 646.687 opções, sendo que 596.687 opções foram exercidas e 50.000 opções foram canceladas. Deste total, a quantidade de 300.000, 71.199, 60.035, 45.780, e 169.673 opções foram outorgadas pelo Conselho de Administração, no âmbito dos Programas 2015, 2019, 2020, 2021 e 2022, respectivamente.

Os Programas de Ações Restritas de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023 realizaram a concessão de 1.085.465 ações restritas, das quais 323.653 foram concedidas, 317.337 foram canceladas e 444.475 poderão ser concedidas. As ações são transferidas aos participantes após o decurso do prazo de carência de cinco anos e desde que o participante mantenha o vínculo empregatício e/ou estatutário com a Companhia até o final de tal prazo.

e. Condições de aquisição de ações

Programas 2021 e 2022

Os Programas 2021 e 2022, os quais ainda estão dentro do prazo de exercício, são divididos em 3 diferentes modelos de outorga, com estrutura distinta entre si.

Na Outorga 1, as opções outorgadas devem ser exercidas imediatamente, no ato da assinatura do Contrato, pelo preço de exercício conforme as regras descritas no item “i” abaixo. As opções são divididas em 3 Lotes (Lote A, Lote A-1 e Lote B), de valor total equivalente, respectivamente, a 40%, 20% e 40% da remuneração variável líquida paga pela Companhia ao Beneficiário. O Lote B apenas poderá ser exercido caso o Beneficiário opte pelo exercício integral do Lote A. O preço de exercício deverá ser pago à vista, no ato de exercício das opções. As opções não exercidas no prazo caducarão e serão extintas. As opções do Lote B darão direito ao recebimento, cada uma, de 4 ações ordinárias, porém apenas uma delas será entregue imediatamente ao Beneficiário, e ainda estará sujeita a período de indisponibilidade (*lock-up*), que será de 30 meses para 50% das ações e 60 meses para os 50% restantes. As 3 ações restantes do Lote B apenas serão entregues após o prazo de carência de 5 anos, e caso o Beneficiário permaneça no desempenho de suas funções. Tais ações diferidas, assim, equivalem a um ajuste do preço total pago pelo Beneficiário para exercício conjunto dos Lote A, A-1 e B, lembrando que este apenas poderá ser exercido caso aquele venha a ser exercido integralmente.

Assim, o potencial ganho decorrente de tal fator de ajuste serve como estímulo para o comprometimento de recursos pelo Beneficiário e à sua retenção pelo prazo de carência aplicável. Nos Programas 2021 e 2022, o Lote B dá direito a apenas 1 ação ordinária para cada opção exercida, o que elimina as ações diferidas conforme descrito acima. As demais regras e condições permanecem as mesmas dos Programas de anos anteriores.

Na Outorga 2 dos Programas 2021 e 2022, as opções podem ser exercidas em até 30 meses contados da data da outorga. O preço de exercício deverá ser pago à vista, no ato de exercício das opções. As opções não exercidas no prazo caducarão e serão extintas. As opções exercidas estão sujeitas ao período de indisponibilidade (*lock-up*), que será de 30 meses para 50% das ações e 60 meses para os 50% restantes.

Na Outorga 3 dos Programas 2021 e 2022 deverá prever a possibilidade de aquisição das ações apenas após um prazo de 5 anos contados da outorga das opções correspondentes, a um preço de exercício determinado na forma descrita no item “i” abaixo.

No Programa 2015, que foi encerrado em 2025, o Conselho de Administração aprovou a Outorga 4 que prevê a possibilidade de aquisição das ações apenas após um prazo de 5 e 10 anos contados da outorga das opções correspondentes, a um preço de exercício determinado na forma descrita no item “i” abaixo.

Nos Programas de Ações Restritas 2021 e 2022, no âmbito do Plano de Ações, as ações somente serão transferidas a título gratuito aos participantes após o decurso do prazo de carência de cinco anos e desde que o participante mantenha o vínculo empregatício e/ou estatutário com a Companhia até o final de tal prazo.

Nos Programas de Ações Restritas de 2023, no âmbito do Plano de Ações, as ações somente serão transferidas a título gratuito aos participantes após o decurso do prazo de carência de três anos e desde que o participante mantenha o vínculo empregatício e/ou estatutário com a Companhia até o final de tal prazo.

f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Como regra geral, o preço de exercício das opções deve ser equivalente ao valor médio das ações da Companhia nos 30 pregões anteriores à outorga das opções, realizados no âmbito da B3 (“Valor de Mercado”), sujeito à correção monetária com base na variação de índice de preços e de taxa de juros a serem definidas pelo Conselho de Administração, conforme previsto no Plano. O Conselho de Administração poderá ainda conceder um desconto de até 20% sobre o Valor de Mercado, na fixação do preço de exercício das opções. O preço de exercício das opções outorgadas e ainda não exercidas será deduzido do valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos pela Companhia por ação adquirida no âmbito do Plano, a partir da data da outorga.

Entende-se que a fixação do preço de exercício equivalente ao Valor de Mercado é necessária para melhor alinhar os interesses dos Beneficiários em gerar valor para os acionistas da Companhia: os seus ganhos serão obtidos na medida em que as ações da Companhia se valorizem no mercado. A possibilidade de correção monetária e acréscimo de juros existe para que o preço de exercício possa acompanhar uma taxa mínima de retorno exigido, de forma que os Beneficiários auferam ganho apenas no caso de as ações garantirem um retorno mínimo. A dedução de juros sobre o capital próprio e de dividendos é uma forma de assegurar aos Beneficiários que participem dos resultados obtidos pela Companhia durante o período em que já receberam a outorga de opções, mas não se tornaram ainda acionistas. Por outro lado, assegura que os resultados só serão recebidos pelo Beneficiário caso permaneça na Companhia e exerça as opções, tornando-se efetivamente acionista da Companhia.

As opções outorgadas no âmbito dos Programas atualmente vigentes estão todas sujeitas a tais regras, tendo sido, inclusive, em todos os casos, concedido o desconto de 20% mencionado acima, bem como previsto o índice IGP-M para fins de correção do preço de exercício das opções.

Os Programas 2021 e 2022 preveem 3 diferentes modelos de outorgas, estruturados de maneira distinta. Na Outorga 1, o preço de exercício de todas as opções é o Valor de Mercado, aplicado um desconto de 10%.

Na Outorga 2, o preço de exercício será o Valor de Mercado, corrigido pela variação do IGP-M, aplicado um desconto de 20%. Na Outorga 3 deverá prever o exercício das opções ao Valor de Mercado, sem qualquer desconto e com a dedução de dividendos e juros sobre o capital próprio pagos por ação até a data do exercício das opções. Na Outorga 4 do Programa 2015 deverá prever o exercício das opções ao Valor de Mercado, aplicado um desconto de 20% e com a dedução de dividendos e juros sobre o capital próprio pagos por ação até a data do exercício das opções.

Nos Programas de Ações Restritas de 2021, 2022 e 2023, ainda vigentes, no âmbito do Plano de Ações, a concessão das ações será realizada a título gratuito aos participantes, observados os termos do Plano de Ações e do respectivo programa.

g. Critérios para fixação do prazo de exercício

Outorga 1 dos Programas 2021 e 2022

A outorga 1 dos Programas 2021 e 2022 prevê a necessidade de exercício imediato das opções integrantes do Lote A, Lote A-1 e Lote B, após o que serão integralmente extintas, e ainda estará sujeita

a período de indisponibilidade (lock-up), que será de 30 meses para 50% das ações e 60 meses para os 50% restantes.

Outorga 2 dos Programas 2021 e 2022

As opções outorgadas no âmbito da Outorga 2 dos Programas 2021 e 2022, estiveram ou estarão sempre sujeitas a um prazo inicial de exercício de 30 dias, contados da data de sua outorga.

Após este prazo inicial para exercício, a parcela remanescente das opções poderá ser exercida dentro de um prazo máximo de exercício de até 30 meses, sendo que as opções apenas poderão ser exercidas durante períodos específicos de cada ano: de 1 a 31 de março e de 1 a 30 de setembro. Este prazo final de 30 meses significa uma oportunidade para que os Beneficiários tenham um intervalo adequado para avaliação do melhor momento de comprometer seus recursos, sem, no entanto, deixar de observar as condições necessárias para um comprometimento mínimo, veiculadas pela necessidade de destinação da sua remuneração variável.

Outorga 3 dos Programas 2021 e 2022

A Outorga 3 dos Programas 2021 e 2022 prevê que as opções serão exercíveis apenas após o prazo de carência de 5 anos contados de sua outorga. A partir de tal data, o Beneficiário terá o prazo de 365 dias para exercer as opções, após o qual serão extintas. Entende-se que as opções da Outorga 3 serão concedidas como benefício adicional a Beneficiários considerados estratégicos, assim prevenindo condições mais rígidas para o seu exercício, de maneira que as opções apenas estarão disponíveis para exercício no prazo de 5 anos, exigindo assim a permanência do Beneficiário no desempenho de suas funções, caso queira obter o benefício adicional associado ao exercício das opções da Outorga 3.

Programa de Ações Restritas 2021 e 2022

No âmbito do Plano de Ações, de acordo com os Programas de Ações Restritas 2021 e 2022, a entrega das Ações Restritas será realizada após o decurso de prazo de carência de 5 anos contados da data em que o Programa entrou em vigor.

Programa de Ações Restritas 2023

No âmbito do Plano de Ações, de acordo com os Programas de Ações Restritas 2023, a entrega das Ações Restritas será realizada após o decurso de prazo de carência de 3 anos contados da data em que o Programa entrou em vigor.

h. Forma de liquidação

Usualmente, as ações adquiridas em decorrência do exercício das opções outorgadas aos Beneficiários ou entregues aos Beneficiários em decorrência do Plano de Ações são ações mantidas em tesouraria.

Sob o Plano de Opções, o preço de exercício será pago pelo Beneficiário à vista e em moeda corrente nacional, na data da aquisição das ações correspondentes às opções exercidas.

No Programa de Ações Restritas 2021 e 2022 no âmbito do Plano de Ações, as ações somente serão transferidas a título gratuito aos participantes após o decurso do prazo de carência de cinco anos e

desde que o participante mantenha o vínculo empregatício e/ou estatutário com a Companhia até o final de tal prazo.

No Programa de Ações Restritas 2023 no âmbito do Plano de Ações, as ações somente serão transferidas a título gratuito aos participantes após o decurso do prazo de carência de três anos e desde que o participante mantenha o vínculo empregatício e/ou estatutário com a Companhia até o final de tal prazo.

i. Restrições à transferência das ações

As ações adquiridas em virtude do exercício das opções outorgadas pela Companhia deverão estar sujeitas a períodos de indisponibilidade, durante os quais não poderão ser alienadas a qualquer título (períodos de *lock-up*). Nos Programas 2021 e 2022, as regras de *lock-up* são de que as ações adquiridas em decorrência do exercício de opções apenas poderão ser alienadas após o prazo de 30 meses contados de sua aquisição, para 50% das ações adquiridas, e os 50% restantes somente após 60 meses contados de sua aquisição. Esta regra é aplicável à Outorga 1 e 2 de tais Programas referente as ações que sejam entregues aos Beneficiários imediatamente ao exercício das opções (sendo que a parte remanescente das ações apenas será efetivamente entregue aos Beneficiários após o prazo de carência de 5 anos contados do exercício das opções, porém sendo entregues já livres e desembaraçadas para venda).

Em todos os casos, as ações adquiridas pelos Beneficiários, observados, caso aplicáveis, os correspondentes períodos de *lock-up*, estarão sujeitas ao direito de preferência para aquisição pela Companhia, sendo neste caso aplicável o valor equivalente à média ponderada das ações da mesma espécie da Companhia no pregão da B3, no primeiro dia útil imediatamente anterior à data da venda das ações.

Em caso de falecimento ou invalidez permanente do Beneficiário que ainda esteja vinculado à Companhia, os períodos de *lock-up* não serão aplicáveis, podendo o Beneficiário ou seus herdeiros e sucessores, conforme o caso, alienar livremente as ações a qualquer tempo.

No âmbito do Programa de Ações Restritas 2021, 2022 e 2023 as ações entregues estarão livres e desembaraçadas, podendo ser alienadas a qualquer tempo, observado o direito de preferência da Companhia.

j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Os Programas e o Programa de Ações Restritas 2021, 2022 e 2023 poderão ser alterados ou extintos pelo Conselho de Administração a qualquer momento. Não obstante, nenhuma decisão do Conselho de Administração poderá, sem o consentimento do Beneficiário, alterar ou prejudicar quaisquer direitos ou obrigações (i) de qualquer acordo ou outorga existente sobre opção de compra ou (ii) relativos aos pagamentos em ações no âmbito do Plano de Ações.

Adicionalmente, sob o Plano de Opções, na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, que implique mudança de controle da Companhia, o Conselho de Administração deverá optar, conforme o caso (i) pela extinção das opções outorgadas e

o término do Plano, ou (ii) pela antecipação do prazo final para exercício das opções outorgadas sob os programas vigentes.

Sob o Plano de Ações, na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, os Contratos dos Programas vigentes, a critério do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme o caso, poderão: (i) ser transferidos para a companhia sucessora; (ii) ter seus prazos de carência antecipados; ou (iii) ser mantidos e liquidados em dinheiro. Na hipótese de alienação de controle da Companhia, (i) o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderão antecipar o prazo de entrega das Ações Restritas; e (ii) as Ações Restritas adquiridas pelo Participante, que estejam sujeitas a restrições à sua transferência, ficarão livres e desembaraçadas para venda a qualquer momento, respeitado eventual direito de preferência, se houver.

k. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Outorgas 2 e 3 dos Programas 2021, 2022

As condições da Outorga 2 dos Programas 2021 e 2022 determinam que, em caso de desligamento do Beneficiário, por qualquer motivo, caducarão as opções que lhe tenham sido outorgadas, tenham ou não decorrido os prazos de carência que lhe sejam aplicáveis.

Em caso de aposentadoria, falecimento ou invalidez permanente o beneficiário ou herdeiros terão o prazo de 12 meses para exercício das opções ainda não exercidas, tenham ou não decorrido os seus respectivos prazos de carência. Nas Outorgas 2 e 3 dos Programas 2021 e 2022, este prazo deverá ser de 180 dias, e não se aplicará a exceção para a aposentadoria do Beneficiário.

Outorga 1 dos Programas 2021 e 2022 e do Programa de Ações Restritas 2021, 2022 e 2023

Salvo decisão específica em contrário do Conselho de Administração, em caso de desligamento do Beneficiário, por qualquer motivo, caducarão as opções ou as concessões de Ações Restritas que lhe tenham sido outorgadas ou concedidas, bem como as ações que estariam sujeitas a prazo de carência para entrega futura.

Em caso de falecimento ou de invalidez permanente do Beneficiário, ele ou seus herdeiros ou sucessores, conforme o caso, terão direito ao recebimento imediato das ações que estariam sujeitas a prazo de carência para entrega futura, e todas as ações estarão livres e desembaraçadas para venda a qualquer momento.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não houve programa de opções para o exercício de 2023.

Não houve programa de opções para o exercício de 2024.

Não houve programa de opções para o exercício de 2025.

Não há previsão de programa de opções para o exercício de 2026.

8.6 Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não houve programa de opções para o exercício de 2023.

Não houve programa de opções para o exercício de 2024.

Não houve programa de opções para o exercício de 2025.

Não há previsão de programa de opções para o exercício de 2026.

8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

Não há opções em aberto para o conselho de administração e para diretoria estatutária ao final do último exercício social.

8.8 Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Não houve programa de opções para o exercício de 2023.

Não houve programa de opções para o exercício de 2024.

Não houve programa de opções para o exercício de 2025.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Programa de Ações Restritas 2023	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Número total de membros	3	n.a.
Número de membros beneficiários	1	n.a.
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas ou em caso de entrega de todas as ações restritas	0,1089%	n.a.

Não houve programa de ações para o exercício de 2024.

Não houve programa de ações para o exercício de 2025.

Não há previsão de programa de ações para o exercício de 2026.

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Programa de Ações Restritas 2023	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Número total de membros	3	-
Número de membros remunerados	1	-
Número de ações	35.000	-
Prazo máximo de entrega das ações	01/01/2026	-
Prazo de restrição à transferência de ações	36 meses	-
Valor justo das ações na data de outorga	R\$ 3,29	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 115.150	-

Não houve outorga de ações para o exercício de 2024.

Não houve outorga de ações para o exercício de 2025.

Não há previsão de outorga de ações para o exercício de 2026.

8.11 Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do exercício social encerrado em 31/12/2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	2
Nº de membros remunerados	1	1
Nº de ações (A)	101.651	1.917
Preço médio ponderado de aquisição (B)	R\$ 18,24	R\$ 18,24
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas (C)	R\$ 22,10	R\$ 18,43
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas [A x (C-B)]	R\$ 392.499	R\$ 358

Ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do exercício social encerrado em 31/12/2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	2
Nº de membros remunerados	1	1
Nº de ações (A)	95.235	6.866
Preço médio ponderado de aquisição (B)	R\$ 25,52	R\$ 25,52
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas (C)	R\$ 18,10	R\$ 18,10
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas [A x (C-B)]	R\$ (706.644)	R\$ (50.946)

Ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do exercício social encerrado em 31/12/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,33	3
Nº de membros remunerados	1	3
Nº de ações (A)	81.371	149.143
Preço médio ponderado de aquisição (B)	R\$ 18,10	R\$ 18,10
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas (C) ¹	-	-
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas [A x (C-B)]	-	-

¹Em 2023, foram entregues as primeiras ações relativas à remuneração baseada em ações

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. Modelo de precificação

As opções da Companhia foram precificadas utilizando o Modelo Binomial de Hull.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

As principais premissas consideradas na precificação das opções foram as seguintes:

Data de cálculo. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, as opções devem ser avaliadas na data da outorga respectiva (no caso, a data de aprovação do Programa correspondente).

Preço médio ponderado das ações. O preço das ações da Companhia considerado como base no cálculo do valor das respectivas opções é equivalente ao valor médio das ações da Companhia nos 30 pregões anteriores à outorga das opções, realizados no âmbito da B3 (“Valor de Mercado”).

Preço de exercício. Corresponde ao Valor de Mercado na data de outorga das opções, aplicando-se (i) para a Outorga 1 dos Programas 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, um desconto de 10%, sendo que opções do Lote A, Lote A-1 e Lote B; (iii) para a Outorga 2 do Programa 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 um desconto de 20% e correção pelo IGP-M; e (iv) para a Outorga 3 do Programa 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, sem desconto e correção. Os Programas de Ações Restritas 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 foram concedidos a título gratuito aos beneficiários.

Volatilidade esperada. A volatilidade prevista foi calculada com base nos 90 dias anteriores à data de outorga correspondente a cada Programa. O Modelo Binomial de Hull presume que todos os funcionários exerceriam de imediato suas opções se o preço da ação da Companhia atingisse 2,5 vezes o preço de exercício.

Prazo de vida da opção. Equivalente ao prazo máximo para seu exercício, que é de (i) 30 meses na Outorga 2 dos Programas 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022; e (ii) 5 anos na Outorga 3 dos Programas 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022. Na Outorga 1 dos Programas 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, as opções deverão ser exercidas imediatamente.

Dividendos esperados (taxa de distribuição de dividendos). A taxa de distribuição de dividendos representa a razão entre o dividendo por ação pago em determinado período e o preço da ação no mercado. Essa variável foi calculada a partir do histórico de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio da Companhia. No entanto, nos casos em que as opções concedidas são protegidas em relação aos dividendos, isto é, têm descontado de seu preço de exercício os valores dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos por ação correspondente, foi considerado que a taxa de distribuição de dividendos é igual a zero, para fins de cálculo do valor justo das opções.

Taxa de juros livre de risco. As taxas livres de risco foram obtidas junto ao Banco Central do Brasil (Bacen) e se referem às taxas do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) nas respectivas datas de outorga para títulos de prazo de vencimento semelhante.

Foram consideradas as demais premissas clássicas associadas aos modelos de precificação de opções, como inexistência de oportunidades de arbitragem e volatilidade constante ao longo do tempo.

Não houve Programa de Opções em 2023, 2024 e 2025.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O plano não prevê exercício antecipado.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade prevista foi calculada com base nos 90 dias anteriores à data de outorga correspondente a cada Programa.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não há outras características além daquelas mencionadas acima.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Sociedade	Categoria	31/12/2025		
		Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária	Total
São Carlos Empreendimentos e Participações S.A.	Ações ordinárias ²	9.573.279	83.181	9.656.460

(1) Inclui conselheiros suplentes.

(2) Ações ordinárias de emissão da Companhia.

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornece as seguintes informações em forma de tabela:

Não há planos de previdência em vigor.

8.15 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Valores anuais			
Conselho de Administração	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	9	9	9,33
Valor da maior remuneração (Reais)	1.329.120	1.278.000	725.651
Valor da menor remuneração (Reais)	36.000	36.000	16.000
Valor médio da remuneração (Reais)	578.911	319.078	115.718
Diretoria Estatutária			
Nº de membros	2	2	3
Valor da maior remuneração (Reais)	5.424.806	2.112.804	10.836.473
Valor da menor remuneração (Reais)	2.359.806	1.138.490	3.273.924
Valor médio da remuneração (Reais)	5.241.941	2.452.795	5.965.706
Conselho Fiscal			

Nº de membros	-	-	-
Valor da maior remuneração (Reais)	-	-	-
Valor da menor remuneração (Reais)	-	-	-
Valor médio da remuneração (Reais)	-	-	-

Diretoria Estatutária	
31/12/2025	A remuneração indicada inclui as remunerações fixa e variável de 2025 O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurado com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que exerceram o cargo por menos de 12 meses
31/12/2024	A remuneração indicada inclui as remunerações fixa e variável de 2024 e respectivos encargos e o valor justo das opções a serem outorgadas no programa de ações O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurado com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que exerceram o cargo por menos de 12 meses
31/12/2023	A remuneração indicada inclui as remunerações fixa e variável de 2023 e respectivos encargos e o valor justo das opções a serem outorgadas no programa de ações O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurado com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que exerceram o cargo por menos de 12 meses

Conselho de Administração	
31/12/2025	A remuneração indicada inclui apenas a remuneração fixa e variável de 2025
31/12/2024	A remuneração indicada inclui as remunerações fixa e variável de 2024 e respectivos encargos e o valor justo das opções a serem outorgadas
31/12/2023	A remuneração indicada inclui as remunerações fixa e variável de 2023 e respectivos encargos e o valor justo das opções a serem outorgadas

Conselho Fiscal	
31/12/2025	Sem instalação de Conselho Fiscal
31/12/2024	Sem instalação de Conselho Fiscal
31/12/2023	Sem instalação de Conselho Fiscal

8.16 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia não possui nenhum instrumento ou mecanismo financeiro para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. A Companhia contratou apólice de seguros D&O cujo prêmio pago em 2026 foi de R\$ 54.506,43 (R\$ 55.174,27 em 2025).

8.17 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam

partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	2026	2025	2024	2023
Conselho de Administração	91%	90%	100%	100%
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Diretoria Estatutária	-	-	-	-

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

A Companhia não efetuou, nos 3 últimos exercícios sociais, nenhum pagamento aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e à Diretoria Estatutária que não seja em relação às funções que seus membros ocupam.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Com relação à remuneração paga por sociedades controladas, determinadas subsidiárias da Companhia realizam o pagamento global mensal, a título de pró-labore, de no máximo 1 salário-mínimo aos administradores, que pertencem também à Diretoria Estatutária da Companhia. Essas remunerações pagas por sociedade controladas não fazem parte da remuneração global descrita no item 8.2.

Sociedades Controladas	Órgão	Quantidade membros	Valor Global 2025	Valor Global 2024	Valor Global 2023
253 Part Ltda.	Sócios-administradores	2	18.216,00	16.944,00	15.768,00
ACBSPE Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	0,00	0,00	7.848,00
Best Center Centro Oeste Paulista Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	18.216,00	16.944,00	15.768,00
Best Center Centro Paulista Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	18.216,00	16.944,00	15.768,00
Best Center Emp. e Part. S.A.	Sócios-administradores	2	18.216,00	16.944,00	15.768,00
Best Center Gde Campinas Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	18.216,00	16.944,00	15.768,00
Best Center Gde Rio Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	18.216,00	16.944,00	15.768,00
Best Center Gde São Paulo Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	18.216,00	16.944,00	15.768,00
Best Center Inter Rio Emp. e Part. Ltda	Sócios-administradores	2	18.216,00	16.944,00	15.768,00
Best Center Noroeste Paulista Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	18.216,00	16.944,00	15.768,00

Best Center São Paulo Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	18.216,00	16.944,00	15.768,00
Best Center SLB Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	18.216,00	16.944,00	15.768,00
Best Center Sudoeste Paulista Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	18.216,00	16.944,00	15.768,00
Best Center Vale do Paraíba Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	18.216,00	16.944,00	15.768,00
Campark Emp. Imobiliários Ltda.	Sócios-administradores	2	18.216,00	16.944,00	15.768,00
CLDSPE Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	18.216,00	16.944,00	15.768,00
H.T.K.S.P.E. Emp. E Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	18.216,00	16.944,00	15.768,00
HTYSPE Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	18.216,00	16.944,00	15.768,00
São Carlos Gestora Imobiliária	Sócios-administradores	2	18.216,00	0,00	0,00
SC Living Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	18.216,00	16.944,00	15.768,00
SC Rio CE Candelária Emp. E Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	0,00	0,00	15.768,00
SC Rio CE Generali Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	18.216,00	16.944,00	15.768,00
SC Rio Cidade Nova Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	18.216,00	16.944,00	15.768,00
SC Rio Pasteur Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	18.216,00	16.944,00	15.768,00
SC Rio Sul Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	18.216,00	16.944,00	15.768,00
Top Center Emp. e Part. Ltda.	Sócios-administradores	2	18.216,00	16.944,00	15.768,00

8.20 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Conforme decisão do Colegiado no Processo nº 19957.007457/2018-10, refletida no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP, a Companhia passou a reportar no item 8.2 deste Formulário de Referência a remuneração dos administradores líquida dos encargos sociais que são ônus do empregador, conforme aprovada pela assembleia geral.

Assim, para efeito de comparação da proposta de remuneração do ano corrente com os exercícios anteriores, a Companhia informa que (i) no exercício de 2023 o valor dos encargos foi de R\$ 5.405.727, totalizando a remuneração global de R\$ 24.382.495; (ii) no exercício de 2024 o valor dos encargos foi de R\$ 1.947.906 totalizando a remuneração global de R\$ 9.725.200, (iii) no exercício de 2025, o valor dos encargos foi de R\$ 4.394.342 totalizando a remuneração global de R\$ 20.088.419 e (iv) para 2026, a previsão de encargos é de R\$ 5.068.746 totalizando a remuneração global de R\$ 23.171.408.

Anexo IV - Indicadores de equidade de gênero para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

I - quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da companhia

As informações referentes à quantidade e proporção de mulheres contratadas por nível hierárquico

Nível hierárquico	2025		2024	
	Nº mulheres	% do total	Nº mulheres	% do total
Conselho de Administração	1	2%	1	1%
Diretoria Estatutária	0	0%	0	0%
Diretoria	3	5%	2	3%
Gerentes e coordenadores	6	10%	7	10%
Demais cargos	15	25%	22	32%
Total	25	50%	31	46%

II - quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da Companhia

Nível hierárquico	2025		2024	
	Nº mulheres	% do total em cargos da Administração	Nº mulheres	% do total em cargos da Administração
Conselho de Administração	1	11%	1	11%
Diretoria Estatutária	0	0	0	0

III – proporção da remuneração média das mulheres (fixa e variável) em relação aos homens

Nível hierárquico	2025	2024
Diretoria	159%	265%
Gerentes e coordenadores	204%	113%
Demais cargos	96%	121%